



TACV/Cabo Verde Airlines

Contrato secreto com islandeses revela meandros ruinosos para erário público

Págs. 2 a 4

Polémica

Rosana deixa ICIEG de cabeça “levantada” e regressa à TCV

Págs. 6 e 7

Sem receber

Estagiários do IEFP ao deus-dará

Pág. 12

Ministro do bar



Pág. 19

TAMBÉM NESTA EDIÇÃO

Receitas e Dicas —

Passatempo —



Gravidez na adolescência Um “clichê” que ainda precisa ser muito trabalhado

Págs. 2 e 3 in ETC

NO PONTO

TACV/Cabo Verde Airlines

Contrato secreto com islandeses revela meandros ruinosos para erário público



Ulisses Correia e Silva



Olavo Correia



Carlos Santos

No acordo assinado em Março último, a que A NAÇÃO teve acesso, o Governo, em vez de exigir que os islandeses cumprissem com as suas obrigações plasmadas no contrato de privatização da TACV/CVA, resolveu dar mais benesses aos alegados parceiros estratégicos.

O executivo de Ulisses Correia e Silva decidiu perdoar 90% de todas as dívidas da TACV/CVA e injectar mais dinheiro na companhia através de garantias do Estado.

Negócio ruinoso com perdas exorbitantes

Na prática, esse segundo contrato, assinado dias antes das últimas eleições legislativas, confirma que se estava perante um negócio ruinoso, com perdas exorbitantes para o erário público e para os contribuintes.

Para além de sucessivas injeções de dinheiro e avales, o Governo perdoou largos milhões de dólares que a companhia aérea, TACV/CVA (na qual a Loftleidir era sócio maioritária), devia a várias empresas públicas e instituições do país.

As taxas cobradas, nomeadamente a aeroportuária, não eram transferidas para o Tesouro, que deveriam repartir parte entre a AAC, a ASA e a Polícia Nacional,

Depois de tudo o que já se escreveu sobre a presença dos islandeses na TACV/CVA, A NAÇÃO publica em exclusivo o último contrato, assinado em Março deste ano, entre o Governo e a Loftleidir, dando conta, inclusive, da célebre cláusula de confidencialidade em torno desse controverso negócio. Um negócio de tão ruinoso para o país que muito dificilmente o Ministério Público poderá ficar impávido, como se nada se tivesse passado.

Daniel Almeida

como manda a lei.

INPS também prescinde das dívidas

O INPS também teve de prescindir das dívidas da companhia aérea, funcionando, uma vez mais, como “saco azul” do poder político, neste caso do Governo de Ulisses Correia e Silva e Olavo Correia.

Neste “delectar” de contas, a ASA, a CV Handling e a AAC também foram obrigadas a prescindir da cobrança de 90% das dívidas que a TACV/CVA tinha com elas.

Mas há mais. Através do mesmo contrato, nem as taxas dos passageiros cobradas eram transferidas para a ASA e para a AAC e os serviços prestados pelo CV Handling não eram pagos.

Com efeito, o ponto 10 do contrato diz que, na data da assinatura do acordo, o Governo deveria garantir uma reestruturação da “dívida histórica” da TACV/CVA junto da ASA, CV Handling

e AAC, “entidades relacionadas com o Estado”.

Dívidas à ASA: cerca de 257 mil contos

Em relação à ASA a dívida era de cerca de 257 mil contos e ficou acordado nesse contrato que a TACV/CVA pagaria apenas um valor residual.

“Este valor será reduzido em 90% para 283.097 dólares, e a ASA perdoará o valor de 2.547.873 de dólares aceitando o pagamento de 141.549 dólares, correspondente a 5% da dívida da CVA à ASA na data de assinatura deste acordo”, lê-se no documento.

Dívidas à CV Handling: cerca de 266 mil contos

Em relação à CV Handling, a dívida, na altura da assinatura do contrato, era de cerca de 266 mil contos, e “este valor será reduzido em 90% para 292.866 dólares e a CV Handling perdoará 2.635.658 dólares, aceitando o

pagamento de 146.433 dólares, correspondente a 5% da dívida da CVA à CV Handling, na data da assinatura deste acordo”.

Dívidas à AAC CV: cerca de 47 mil contos

No tocante à AAC, a dívida ascendia os 47 mil contos e a proposta de redução também era de 90%. Ou seja, a AAC perdoaria 473.690 dólares, aceitando o pagamento de apenas 26.316 dólares, correspondente a 5% da dívida da CVA em relação à essa entidade reguladora.

Nas mãos da Loftleidir

Com este “arranjo”, a TACV/CVA iria pagar apenas 314 mil dólares de uma dívida que ascendia os 6 milhões de dólares. Mas, mesmo assim, a Loftleidir ainda exigiu uma confirmação do Governo, por escrito, junto dessas empresas públicas e instituições do Estado de que esse montante de 314 mil dólares fosse liquida-

do em 24 prestações mensais a partir de Julho de 2021.

Os islandeses também exigiram que o Governo obtivesse uma confirmação ou aprovação do INPS no sentido de alterar o “Acordo de Pagamento da Dívida por Contribuições em Atraso”, celebrado entre as partes em Maio de 2020 para reflectir a dívida acumulada em 31 de dezembro de 2020, no sentido de fazer uma revisão do valor da parcela e alterar a data de pagamento da primeira tranche para 30 de Setembro de 2021.

“Na data de assinatura deste Acordo, o Governo fornecerá à CVA e à Loftleidir uma confirmação por escrito do INPS em relação à aceitação da alteração na data de pagamento”, lê-se também no contrato.

Arranjos fiscais com o aval da DNRE

Em matéria fiscal, o mesmo contrato estabelece que “o Governo concederá e a Direção Nacional das Receitas do Estado (DNRE) emitirá, na data de assinatura do presente Acordo, uma confirmação por escrito da isenção de juros ou perdão da CVA devido a todos os impostos retidos na fonte em atraso relacionados com o imposto de renda dos empregados”.

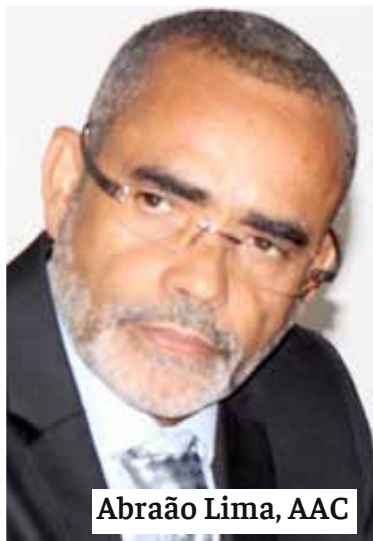
O documento realça ainda



Jorge Benchimol,
ASA e CV Handling



Orlanda Ferreira, INPS



Abraão Lima, AAC

que “o Governo suspenderá todos os processos de contraordenação contra a CVA e a DNRE emitirá, na data da assinatura do presente Acordo, a confirmação por escrito da referida suspensão” e ao mesmo tempo o Governo “permitirá o pagamento de todos os impostos retidos na fonte em atraso relativos ao imposto de renda dos empregados, sem juros, em parcelas trimestrais/semestrais, pelo prazo de 5 anos com carência de 12 meses”.

Outras imposições da Loftleidir

A Loftleidir, que falou em investir 30 milhões de dólares, como forma de capitalizar a TACV/CVA, pôs uma outra condição para avançar nesse sentido. Exigiu que o Governo confirmasse ou concedesse a isenção de retenção na fonte para o sector da aviação, especialmente no que diz respeito a taxas de leasing de aeronaves e pagamentos relacionados, “a fim de permitir que a CVA concorra em mercados internacionais contra companhias aéreas livres de impostos e melhorar a actuação da empresa e do setor de aviação em geral.

“O Governo obriga-se ao cumprimento desta obrigação, que também cobrirá os eventuais valores devidos pela CVA relativos a 2018, 2019, 2020 e anos seguintes. O Governo concorda em fornecer à Loftleidir uma confirmação por escrito comprovando a isenção, até 24 de maio de 2021”, realça o contrato.

O contrato destaca ainda que se o Governo não cumprisse essas obrigações, a Loftleidir terá o direito (além e sem prejuízo) a todos os outros direitos ou recursos disponíveis, incluindo o direito de reclamar danos adicionais

para cobrar e o Governo compromete-se a pagar a Loftleidir, conforme cláusula penal, valor igual a 8% do valor do investimento, totalizando 2.400.000 dólares no prazo de 15 dias após ter sido notificado pela Loftleidir sobre a inadimplência de tal obrigação.

Financiamentos e avales do Governo

Nesta “renegociação”, os islandeses fizeram questão de recordar que o Governo concedeu anteriormente o financiamento directo e Garantias do Estado (aval) para a TACV/CVA para fins de acesso a linhas de crédito com bancos no valor agregado de 34 milhões de dólares e que depois da assinatura desse contrato deveria disponibilizar à empresa um valor total de 15 milhões de dólares para pagar salários de Janeiro a Maio de 2021, bem como dívidas vencidas e custos para reiniciar as operações.

Ainda segundo o mesmo contrato, o Governo comprometeu-se a disponibilizar mais 12 milhões de euros, por Garantia do Estado (aval) a ser prestada para a CVA que teria que receber esse montante a 28 de Fevereiro de 2021 através do International Investment Bank Investimento Internacional (IIB) e mais 4 milhões de euros, através do mesmo sistema, desta feita via o Banco Comercial de Negócios (BCN).

Nesse contrato ficou patente que a TACV/CVA reiniciaria as operações até o financiamento de 15 milhões de euros estarem integralmente disponibilizados à essa companhia aérea, que iniciaria acções preliminares para retomar as operações assim que os recursos comesçassem a ser desembolsados, incluindo o pagamento de salários aos funcio-

nários.

Por outro lado, a Loftleidir concordou em investir ou trazer investidores terceiros para investir 30 milhões de dólares novo directamente na CVA até 31 de Maio 2021. Por sua vez, o Governo concordaria em vender 100% de suas acções da CVA à Loftleidir por 500 mil dólares.

Contudo, se a Loftleidir não trouxesse capital ou investidores para investir 30 milhões de dólares na CVA, até 31 de Maio de 2021, o Governo teria a obrigação comprar imediatamente todas as acções detidas pela Loftleidir na empresa, correspondentes a 51% do total das acções pelo valor de 500 mil dólares.

Transparência não combina com confidencialidade

O segundo contrato entre o Estado e a Loftleidir, que A NAÇÃO agora revela, foi assinado por Olavo Correia, vice-primeiro-ministro e ministro das Finanças, e Carlos Santos, ministro do Turismo e Transporte, em representação do Estado de Cabo Verde. O mesmo documento contempla uma cláusula de confidencialidade, por sinal famosa.

Tem sido isso, como se sabe, que tem levado o Governo a não revelar os meandros deste negócio, por mais que a oposição insista, quer no Parlamento, quer noutros fóruns.

Ainda esta semana, a deputada Carla Lima, do PAICV, voltou a tocar nessa tecla, a lembrar que o país continua à espera que o Governo esclareça o acordo assinado com a Loftleidir.

Também na última sessão do Parlamento, o deputado Orlando Dias, do MpD, chegou a dar a entender que o Executivo não teria nada a perder em revelar o contrato.

O certo é que nessa cláusula, da confidencialidade, as partes se comprometem que “sem consentimento prévio por escrito”, da contraparte, se deve, “em ne-

nhum momento, divulgar, nem permitir a divulgação ou comunicação a terceiros de quaisquer informações confidenciais sobre qualquer assunto dentro do escopo ou relacionado a este Acordo, incluindo informações confidenciais sobre outra Parte, a menos que tenha obtido seu anterior respetivo consentimento”.

No âmbito dessa mesma cláusula, as partes se comprometem a fazer uso das informações confidenciais exclusivamente para os efeitos e propósitos do acordo.

“Toda a documentação e informações fornecidas por qualquer uma das Partes e acessíveis às restantes Partes durante as negociações deste Acordo ou posteriormente serão consideradas Informações confidenciais e não devem ser usadas ou divulgadas fora do escopo deste Acordo”.

Conforme o referido contrato, os compromissos assumidos nos termos da cláusula de confidencialidade permanecerão em vigor após a rescisão deste Acordo por um período de cinco anos.

Ministério Público chamado a intervir

A Constituição da República estabelece no número 1 do seu artigo 236.º, que a Administração Pública prossegue o interesse público com respeito pelo princípio da transparência. Transparência, como é do domínio geral, nos assuntos do interesse público, mormente naqueles que exigem o esforço dos contribuintes, não combina com confidencialidade!

Quando muito, diz um especialista ouvido pelo A NAÇÃO, admite-se “tratamento confidencial” de informações ou de dados, “na fase pré-contratual, nas negociações entre as partes”, e nunca depois disso. “Não é concebível que essa confidencialidade conste do próprio contrato definitivo, como forma de fugir ao escrutínio de outras entidades e do próprio cidadão”, esclarece a nossa fonte.

Aliás, de acordo com o nosso interlocutor, “o princípio da legalidade impõe aos ministros subscritores do contrato balizas na sua actuação. Enquanto servidores públicos, os ministros fazem aquilo que estão previamente autorizados a fazer, observado o quadro legal permissivo. Donde resulta que devia haver

norma habilitante dessa conduta, isto é, disposição legal expressa a permitir ao Governo essa actuação. E parece que não há, pois, especificamente, o Regime Jurídico da Privatização da TACV, estabelecido pelo Decreto-lei nº 45/2017 de 21 de setembro, não abre essa possibilidade”.

Não derivando da Constituição da República a possibilidade de se esquivar ao princípio da transparência, no entender do mesmo especialista, não deve ser a Lei ordinária a derogar esse “sacrossanto princípio”.

Por conseguinte, conclui a nossa fonte, “é dever do Ministério Público, enquanto fiscal da legalidade, pedir explicação ao Governo e agir em conformidade. A não ser que também venha a se submeter a essa cláusula de confidencialidade e fique calado. O Parlamento deveria, também, sacar responsabilidades políticas desse negócio ‘ruinoso’ para o erário público e para os contribuintes, constituindo uma Comissão Parlamentar de Inquérito, para averiguar os meandros desse contrato”, conclui.

Governo submisso aos islandeses

A “renegociação” do contrato entre o Estado de Cabo Verde e a Loftleidir aconteceu num momento em que tudo recomendava que o Governo exigisse que o “parceiro estratégico” cumprisse com as suas obrigações ou fosse obrigado a retirar-se da TACV/CVA. Isso depois de a companhia ter acumulado um vasto historial de dívidas, a que se juntam os vários milhares de contos em avales do Estado.

Loftleidir não pagava impostos e nem prestava contas

Com efeito, ao contrário do antes acordado, a Loftleidir não só não investiu na TACV/CVA, como não prestava contas aos demais accionistas e tão-pouco publicava as contas como mandam as leis.

A acrescer a esses incumprimentos, a Loftleidir também não pagava impostos e muito menos pagava aos prestadores de serviço de natureza pública, como a ASA, o INPS, e menos ainda assumia os riscos inerentes ao relançamento da TACV.

Pelo contrário, em duas ocasiões pelo menos, o parceiro islandês já tinha chantageado



o Governo, retirando os aviões do país como aconteceu em Julho e Agosto de 2018, e logo que deflagrou a pandemia da covid-19, em Março de 2020.

Nas vésperas das últimas eleições legislativas

Nas vésperas das últimas eleições legislativas, em Abril, o Governo conseguiu que a Loftleidir deslocasse uma das aeronaves a Cabo Verde, fazendo-a aterrar na cidade da Praia para mostrar que a situação estava normalizada.

Vencidas as eleições, e con-

tinuando os problemas, a ASA, por ordens superiores, acabou por impedir que o avião voasse a Lisboa, naquela que devia ser uma retomada das operações da TACV/CVA.

Amadorismo ou excesso de boa fé?

Uma justificação possível “para tanta submissão”, do Governo à Loftleidir, conforme um economista contactado pelo A NAÇÃO, pode ser o facto de o primeiro contrato não dispor de uma cláusula de reversão clara que permitiria

ao Governo reaver as acções, caso o parceiro incumprisse, “o que parece ser dos dois únicos aspetos positivos desse acordo de Março de 2021”.

Ou seja, por amadorismo ou por excesso de boa fé nos islandeses, não ficou expressamente estabelecido no primeiro contrato entre o Estado de Cabo Verde e a Loftleidir que o incumprimento por parte do accionista maioritário daria lugar à reversão automática das acções para a parte cabo-verdiana, o Estado.

Destaca-se também o facto de o Governo ter consegui-

do, depois de alguma luta, colocar uma administradora de contas para autorizar os pagamentos feitos com o dinheiro dos avales ou das injeções financeiras do accionista Estado.

“Já temos idade para, no mínimo, sermos capazes de aprendermos com os nossos erros”, enfatiza o nosso interlocutor, que considera que “seria uma desgraça para o país se um negócio tão mau fosse feito com a ASA ou com a Enapor, as empresas mais importantes para a economia do País”.

“Com a Cabo Verde Telecom, em 1996, fizemos também uma péssima negociação, um péssimo negócio com a duração de 25 anos, e chegando ao fim desse tempo, embora os portugueses não estejam mais na empresa, não fomos capazes de fazer uma renegociação séria da empresa nem determinar uma reorganização profunda do negócio das telecomunicações em Cabo Verde, mesmo sabendo que hoje, no ano 2021 do século XXI, o negócio de telecomunicações não tem absolutamente nada a ver com 1996 e que Cabo Verde não será hub de coisa nenhuma dessa forma”, realça. DA

Ficha Técnica

A Nação Semanário | Ano XIV | N° 733 | 16 de Setembro de 2021 | Registo DGCS: N°3/2007 | Registo ARC: N°3/2016 | Propriedade: Sociedade A Nação Cabo Verde, Lda.

Director-Geral: Fernando Rui Tavares Ortet | **Endereço:** Caixa Postal: 690 – Cidadela – Praia – Cabo Verde | **Telefone:** (+238) 260.26.90 (PBX)

Director: Alexandre Semedo | **Director de Produção:** José Augusto Sanches | **Editor-Executivo:** José Vicente Lopes | **Editores:** Daniel Almeida, Gisela Coelho e João Almeida | **Jornalistas:** Jason Fortes (São Vicente), Natalina Andrade (Fogo) e Silvino Monteiro (Interior Santiago) | **Jornalistas Estagiários:** Aláides Borges (Santa Catarina), Anícia da Veiga (São Miguel), Carlos Alves (Boa Vista), Criselene Brito (São Nicolau), Miriam Pires (Santiago Sul), Ricénio Lima (Santo Antão), Romice Monteiro (Brava) e Suíla Rodrigues (Sal) | **Colaboradores e Colunistas:** Adriano Miranda Lima, Amadeu Oliveira, Ângela Coutinho, António Carlos Gomes, António Chantre Neves, António Correia e Silva, Arsénio Fermínio de Pina, Carlos Carvalho, Carlos Santos, Carlos Araújo, Cipriano Fernandes, Filinto Elísio, Francisco Mendes, José Manuel Araújo, José Maria Neves, José Pedro Oliveira, José Valdemiro Lopes, Marciano Moreira, Paulo Mendes, Pedro Moreira, Pedro Pires Ribeiro, Natacha Magalhães, Nataniel Vicente Barbosa e Silva, Ricardino Neves e Wladimir Brito. | **Designers:** Edson Spencer e Carmem Freire | **Técnicos Multimédia:** Hélio Barros | **Comercial & Marketing:** Maggy Fragoso (Negócios Digitais), Edmira Correia (Facturação e Cobranças) e Hélder Afonso | **Telefones:** (+238) 260.26.90 (PBX) – (+238) 260.26.93 (Redacção) | **E-mail:** jornalanaoacv@gmail.com (Redacção) – comercial.grupoalfacv@gmail.com (Comercial) | **Impressão:** EGF - Empresa Gráfica Funchalense | **Tiragem:** 3.500 Exemplares





Universidade Jean Piaget
de Cabo Verde

A MELHOR OPÇÃO!

CURSOS DE GRADUAÇÃO

ANO LECTIVO 2021/22

UNIDADE DE CIÊNCIAS EXATAS, TECNOLOGIAS E ENGENHARIAS

- Arquitetura
- Engenharia de Construção Civil
- Informática de Gestão
- Engenharia de Sistemas e Informática
- Engenharia Electrotécnica e de Manutenção Industrial

UNIDADE DE CIÊNCIAS DA NATUREZA DA VIDA E DO AMBIENTE

- Fisioterapia
- Ciências Farmacêuticas
- Enfermagem
- Análises Clínicas e Saúde Pública

UNIDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E ARTES

- Tradução e interculturalidades
- Ciências da Comunicação
- Psicologia
- Ciências da Educação e Praxis Educativa
- Serviço Social

UNIDADE DE CIÊNCIAS ECONOMICA, JURIDICAS E POLITICAS

- Direito
- Economia e Gestão

MATRÍCULA
2.000 ECV
LINHA GRÁTIS 800 2324



Rosana deixa ICIEG de cabeça “levantada” e regressa à TCV



Rosana Almeida foi exonerada da presidência do Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade de Género (ICIEG), quando ainda faltava cerca de um ano para o término do seu segundo mandato. Em entrevista ao A NAÇÃO, lamentou que se esteja a fazer “muita politiquice” à volta da sua demissão. Diz sair de cabeça “levantada” e que regressa à sua condição de jornalista.

Gisela Coelho

O Governo deu por finda a comissão de serviço de Rosana Almeida, como presidente do ICIEG, numa medida já publicada no Boletim Oficial.

Ainda que sem explicar as razões que levaram à sua demissão, quando ainda faltava um ano para terminar o mandato à frente desse instituto.

Uso indevido da sua imagem

Ao que consta, nas redes sociais, a gota de água que fez transbordar o copo terá sido o recente pronunciamento público de Rosana, insurgindo-se contra o uso da sua imagem, na campanha de Carlos Veiga às Presidenciais de 17 de Outubro, próximo.

Aliás, conforme a visada, esta foi a segunda vez que se usa a sua imagem “indevidamente”, sem a sua autorização,

pois já tinha sido usada pelo MpD também nas Legislativas de Abril e tomou posição, igualmente, contra esta forma de fazer política em Cabo Verde.

Levantamento da imunidade do deputado Damião Medina

Uma outra razão, ao que consta também, está a pressão do ICIEG para que fosse levantada a imunidade parlamentar ao deputado Damião Medina, do MpD, para que pudesse responder pelo crime de suspeita de VBG.

Questionada sobre assunto, Rosana argumenta que se está a “fazer muita politiquice” à volta da sua saída, mas admite que existem factos que não se podem “negar”.

“Quando coloquei pessoas no ICIEG que foram catalogadas como sendo do partido A, disse-

ram-me: Ah, Rosana, toma cuidado. Depois, muito mais à frente, já na campanha (Legislativas) protestei contra a utilização da minha imagem na campanha de um partido e não gostaram; outra vez, voltaram a usar, agora, a minha imagem numa campanha (Presidenciais)”, começa por expor, advertindo que “há que ter respeito”.

“As pessoas têm direito à imagem e não podem estar em espaços político-partidários sem autorização. É o mínimo que eu peço. Não me colem sem eu querer, não me obriguem a ser, se eu não quero. Deixem-me ser cidadã e contribuir sem política-partidária. No dia que eu decidir, tudo bem, mas se eu não decidir, por favor, respeitem-me!”

Recusa a convites para filiar-se no MpD

Contudo, há mais factos que devem ter pesado, pois, apesar

dos inúmeros convites, também diz que nunca aceitou filiar-se no MpD.

“Convidaram-me para entrar quatro vezes, não aceitei porque não é minha intenção fazer política partidária, se isso impactou, ou não, as pessoas que tirem as devidas ilações, mas eu sei que as coisas não ficaram facilitadas”, admite.

A ex-presidente do ICIEG adverte ainda que não pode “ficar refém de nada, absolutamente nada”, só para poder permanecer num cargo.

“Entro num cargo para dar resultados, executar, ser avaliada e voltar, mais nada para mim importa. E se em Cabo Verde existem outros atributos, e como disse, e disse-o há muito, então eu não tenho perfil e não sirvo. E, se calhar, por não ter esse perfil, estou a sair de cabeça levantada, vol-

tar para a minha casa que é a TCV, onde espero começar a trabalhar, como trabalhava anteriormente”.

A jornalista salienta que ninguém lhe obriga a fazer política partidária e que o seu compromisso é com causas sociais.

“Chegou aos meus ouvidos que, como eu não era do MpD, não tinha nada que fazer no ICIEG porque há muitos militantes à procura de lugar. Este não é o meu Cabo Verde. O Cabo Verde que queremos deixar para os nossos filhos não pode continuar nesta senda”, apela, deixando transparecer que este tipo de mentalidade é que está a prejudicar o desenvolvimento do país.

“Vou continuar. Apaixonei-me pelas questões do Género. Eu quero ver Cabo Verde a seguir em frente, não importa o partido político”, finaliza. ☺

Trabalho reconhecido dentro e fora do país

Olhando agora para trás, Rosana Almeida garante que deixa o ICIEG com sentimento de “muito orgulho”, especialmente da “equipa que ajudou a impactar, a salvar vidas, a fazer com que a questão do género venha, cada vez mais, à praça pública”, e que fez com que o instituto ganhasse mais visibilidade, apesar das “extremas” limitações financeiras.

“Porque toda a verba que mobilizámos no instituto foi graças aos parceiros internacionais, que foram ter connosco e que acreditaram nos nossos projectos. E se acreditaram é porque dávamos resultados”, justifica.

Aos parceiros, diz, “não temos palavras para agradecer”.

“O quanto ajudaram a salvar vidas, a empoderar meninas, a falar de novas masculinidades, a fazer aprovar a Lei da Paridade, a criar as casas de abrigo. Hoje transportamos vítimas da VBG num carro exclusivo para o efeito e não nos carros da polícia. Hoje temos quase sete casas que acolhem vítimas de alto risco, sem um tostão do orçamento de Estado. Temos 22 centros de atendimento às vítimas, ainda com vínculo precário, mas que fazem atendimento psicológico, seguimento, e a esses técnicos não temos como agradecer. Lá onde não temos casas de abrigo, assinámos protocolos com as Aldeias SOS, as mães e mulheres, em dificuldades têm ajuda e, portanto, ninguém fica para trás. Formámos centenas de polícias, centenas de magistrados, líderes comunitários”, inúmeras.

Rosana diz ainda ter tido o privilégio de ter deixado “algo essencial”, que é a introdução da temática da Igualdade “na Educação, na Formação Profissional” e “trabalhar novas masculinidades, trabalhar a Igualdade do Género nas escolas do país, formar professores, ou seja, é interminável a quantidade de boas práticas, em que houve uma equipa, muito pequena, engajada”.

A mesma alerta ainda para a escassez de recursos humanos e financeiros.

“O ICIEG não tem mais 10 a 12 pessoas, incluindo condutor e pessoal de limpeza e telefonista. Portanto, cada vez mais tínhamos ONGs e, também, membros da Cooperação Internacional, que vinham ter connosco, que ofereciam verbas para continuarmos a trabalhar. Estivemos no terreno com mulheres pobres a dar educação financeira. O ICIEG, hoje, é uma instituição com cada vez mais visibilidade”, defende, exemplificando que “o trabalho fala por si”.

“Insistimos com o Ministério da Justiça nas questões que continuam ano, após ano, a não serem resolvidas. Tivemos agora com a ministra da Justiça, o Fundo de Apoio à Vítima que nunca foi implementado apesar de várias lutas. O ambicioso plano de Igualdade do Género que está alinhado com o PEDS, alinhado com os compromissos internacionais, foi muito bem aplaudido pelo Ministro da Família (Elísio Freire)”, enumera.

A nível de compromissos internacionais, Rosana Almeida lembra que, ainda há bem pouco tempo, “por causa da forma como combatemos a covid-19, fomos considerados o país campeão em África, em termos de Igualdade do Género, juntamente com Nigéria e Senegal”. Questões aplaudidas, refere, “inclusive pelo Governo”.

Perante o quadro de realizações, que inclui várias outras “conquistas”, Rosana Almeida diz que gostava de ver mais reconhecimento pelo desempenho da equipa.

“É triste quando o trabalho da equipa não é valorizado. Eles podem dizer que é, mas agindo assim, não estão a agir da mesma forma”.

Uma equipa, como diz, que “ainda tinha muito a dar”.

Rosana Almeida acredita que o trabalho deveria falar mais alto. “Eu acredito que quem vá possa dar continuidade, mas pergunto até que ponto os resultados apresentados não falaram mais alto do que qualquer outro problema que possa haver?”



PUB



Uma editora de Cabo Verde para o Mundo



Cidade - CP 690 - Praia
Ilha de Santiago - Cabo Verde
Praia: (+238) 2402690
geral@alfa.cv • www.alfa.cv

Mais dinheiro para Ministérios e gabinetes de secretários de Estado



Foi autorizada a transferência de verbas entre departamentos governamentais, no montante de cerca de 135 mil contos. Conforme uma resolução do Conselho de Ministros de 26 de Agosto e publicada no Boletim Oficial de 3 deste mês, esse valor visa fazer face aos compromissos com o novo elenco governamental e regularizações de algumas despesas.

Do governo enxuto ao governo gordo

No fundo, esta movimentação será motivada pelo aumento do elenco governamental, quando, no início da legislatura anterior, o primeiro-ministro, Ulisses Correia e Silva, defendia um Governo “enxuto” com 12 membros. Mas agora, com um executivo com 28 governantes, a justificação para esta transferência de verbas prende-se com o facto de o novo Governo ter na sua base “uma nova solução de organização do trabalho, em face aos novos desafios”.

O Ministério das Finanças e do Fomento Empresarial perdeu verbas da sua dotação orçamental para socorrer alguns ministérios e gabinetes de quase todos os secretários de Estado. Esse reforço de verbas, no valor de 135 mil contos, será direccionado essencialmente para despesas com pessoal.

Daniel Almeida

“A necessidade de recuperar a economia e as empresas, num quadro de modernidade típica do século XXI, aconselhou a criação do Ministério das Finanças e do Fomento Empresarial e o da Economia Digital”, lembra a referida resolução. Esta destaca ainda “uma nova perspectiva de organização do sector social, plasmada na criação do Ministério da Família, Inclusão e Desenvolvimento Social demonstra, de forma inequívoca, o lugar que o social ocupa atualmente nas políticas públicas e a sua importância redobrada no pós-pandemia”.

A criação do Ministério da Coesão Territorial, “responsável pelas relações com as autarquias locais, pela descentralização e re-

dução das assimetrias regionais”, a criação do Ministério das Comunidades, numa perspectiva de “um relacionamento mais amplo e intenso com a diáspora cabo-verdiana”, assim como a criação do Ministério da Modernização do Estado e da Administração Pública, visando uma administração “moderna, flexível, eficiente e eficaz”, e com uma “forte aposta na governação digital”, estiveram na base dessa medida do Conselho de Ministros.

A mesma resolução diz ainda que, para a implementação dos desideratos do VIII Governo Constitucional, através dos respectivos Ministérios, “mostra-se necessário proceder com a realocação de verbas para o finan-

ciamento das novas estruturas e regularização de algumas despesas para Instituto de Desporto e da Juventude e para o Cabo Verde Trade Invest.

Com esta transferência de verbas de 135 mil contos o Ministério das Finanças e do Fomento Empresarial recebe reforços na ordem dos 13.748 contos (cerca de 6.638 contos para contribuições para a segurança social, 2.762 contos para o pessoal dos quadros especiais e 4.348 contos para assistência técnica – não residentes).

Contudo, nesse mesmo Ministério são anuladas verbas para outras despesas directas provisionais no valor de 102 mil contos, da dotação provisional

no montante de 25 mil contos, de 3.450 contos na rubrica pessoal contratado, de 397 para horas extras e 500 mil escudos para a formação.

O Ministério da Modernização do Estado e da Administração Pública recebe um reforço de 14.525 contos, o Ministério da Economia Digital (gabinete do secretário de Estado) recebe cerca de três mil contos, o Ministério da Coesão Territorial recebe 13 mil contos. O ministro Adjunto para o Desporto e Juventude recebe um reforço de 27 mil contos, sendo 10 mil contos para o gabinete do ministro, 15 mil contos para o Instituto para o Desporto e Juventude e 2.566 contos para a Organização Nacional Contra a Dopagem.

O Ministério dos Assuntos Parlamentares e Presidência do Conselho de Ministros fica com 7.700 contos, o Ministério da Família, Inclusão e Desenvolvimento Social recebe uma verba que ronda os 18 mil contos, o Ministério da Defesa cerca de cinco mil contos e o Ministério das Comunidades recebe um reforço de 11.400 contos.

Os gabinetes dos secretários de Estado do Ensino, da Saúde, dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, da Economia Agrária, recebem todos a mesma quantia de 3.725 contos.

Verbas para Gabinete de JCF

Neste esquema de transferência de verbas entra também o gabinete de ex-Presidente da República que recebe de 10 mil contos. Este montante será, certamente para Jorge Carlos Fonseca montar o seu gabinete quando cessar as funções de Chefe de Estado, como manda a lei. Aliás, durante a sua presidência, JCF fez por aumentar substancialmente as verbas de funcionamento do Palácio do Platô.



Tradição e modernidade para um serviço de excelência
 Tradition and modernity for an excellent service

Serviços

- Limpeza e higiene
- Limpeza e recuperação de pavimentos
- Segurança privada
- Serviços de segurança em resorts
- Limpeza de fachada
- Limpeza e conservação de monumentos
- Desengorduramento de restaurantes
- Limpeza de cadeiras, sofás, carpetes, carros e estofos

Services

- Cleaning and hygiene
- Floor cleaning and restoration
- Private security
- Security services in resorts
- Façade cleaning
- Monument cleaning and maintenance
- Restaurant degreasing
- Chair, sofa, carpet, car and upholstery cleaning

Há mais de 20 anos no mercado, Setelima presta serviços de limpeza e de segurança privada. Actualmente, conta com mais de 300 funcionários nas ilhas de Santiago, São Vicente, Sal, Santo Antão, Brava e Fogo. Na Boa Vista, presta serviços no aeroporto internacional Aristides Pereira e serviços de segurança em resorts.

For more than 20 years in the market, Setelima provides cleaning and private security services. Currently, it has more than 300 employees on the islands of Santiago, São Vicente, Sal, Santo Antão, Brava and Fogo. In Boa Vista, it provides services at the international airport Aristides Pereira and security services in resorts.

Justiça

Cabo Verde com alta reincidência criminal



Jacob Vicente



João Santos

JUSTIÇA

A taxa de reincidência criminal nacional situa-se à volta dos 30% (por cento). Os especialistas ouvidos pelo A NAÇÃO consideram-na elevada e inaceitável. O Ministério da Justiça propõe trabalho comunitário como pena alternativa para os crimes “menos graves”. Até porque as cadeias estão lotadas.

Silvino Monteiro

Cabo Verde tem uma taxa de reincidência criminal, à volta de 30%, conforme o revelado esta semana pela ministra da Justiça, Joana Rosa (ver caixa). Essa é uma taxa considerada “elevada e inaceitável”, por alguns especialistas ouvidos pelo A NAÇÃO, tendo em conta o rácio populacional.

“Acredito que a taxa de reincidência criminal em Cabo Verde é muito mais alta daquela que é apresentada oficialmente”, começa por dizer Jacob Vicente, psicólogo e ex-director-geral dos Serviços Penitenciários e Reinserção Social.

“Aliás, o número de reclusos é bastante elevado quando formos comparar com o rácio populacional, que é menos de meio milhão de habitantes”, acrescenta.

Para este entrevistado, as chamadas políticas de reinserção social existem apenas no papel.

“Disso resultam os vários indivíduos já conhecidos por institucionalizados. São pessoas que vivem melhor dentro da cadeia, porque passaram a maior parte das suas vidas dentro de um estabelecimento prisional”.

E, contra isso, Vicente defende que é preciso uma maior articulação entre os sistemas prisional e o judicial, que condena, e a sociedade civil. “Sem um cruzamento de esforços entre essas entidades obviamente que não se baixa a taxa de criminalidade no país. Não é por acaso que todos os estabelecimentos prisionais no país estão superlotados”.

E continua: “Há seis anos propus a introdução de pulseira electrónica em Cabo Verde, o que permite aliviar as cadeias em 60%, mas também deixava verbas disponíveis para implementar, de facto, as políticas de reinserção social de que o país precisa”.

Para este especialista, a reinserção social não tem a ver apenas com o recluso, mas também com a família dos presos e a comunidade onde o mesmo está inserido.

“O Ministério da Justiça não tem vocação para fazer a reinserção social. Quem tem essa vocação e responsabilidade é o Ministério da Família e Inclusão Social. Se não houver uma relação afinada entre essas duas tutelas a reinserção dos reclusos não vai funcionar”, alerta.

“Infelizmente”, acrescenta, “o sistema prisional em Cabo Verde faz apenas a punição. A parte de correção não existe dentro da cadeia. Até porque não temos técnicos suficientes para fazer a política de reinserção social. Os técnicos não fazem acompanhamento dos reclusos fora de cadeias e nos seus municípios. Os presos que passam 5 a 8 anos ou mais na cadeia saem sem um seguimento psicológico. E quando assim é, em muitos casos, os reclusos ficam a pensar que o seu lugar é na cadeia e não fora dela”.

Não é novidade

Por sua vez, o jurista João Santos diz que a taxa de reincidência criminal de 33% não constitui novidade, isto é, que sejam os delinquentes que passaram pelos estabelecimentos prisionais a reincidir no crime. “O crime é sempre maioritariamente cometido pelos reincidentes, que, por alguma razão, preferem permanecer no

mundo do crime”, afirma.

Santos também diz que falta uma política séria de reinserção social no país. Além disso, como trata de vincar, “a reinserção social não é uma imposição, mas sim sempre uma proposta”.

“O Estado propõe ao delinquentemente que mude a sua conduta criminal para uma conduta de acordo com as regras e os valores sociais aceites. Os jovens, muitas vezes, assumem o mundo do crime como opção de vida. Porque a partir dali viabilizam as suas necessidades de uma forma mais fácil do que se estivessem a trabalhar como pintor, pedreiro ou carpinteiro, por exemplo”.

Santos considera também que as políticas de reinserção social, no país, não produzem grandes resultados. Isto porque, por um lado, “as propostas ou as medidas alternativas apresentadas aos delinquentes não são aliciantes”.

E, por outro, requer um acompanhamento permanente e é custoso. “Sendo Cabo Verde um país pobre, a política de reinserção social não passa de simples programas que muitas vezes nem saem do papel”.

João Santos defende que é preciso, em primeiro lugar, conhecer a realidade criminal cabo-verdiana, para se poder encontrar os mecanismos de reacção policial mais adequados. E, por fim, “conhecer quem são os nossos criminosos e trabalhar com eles através de políticas educativas e empregos que possam levar uma vida com dignidade razoável”.

Joana Rosa propõe trabalho comunitário como pena alternativa para os crimes “menos graves”

A ministra da Justiça defende a criação de condições para que os tribunais possam realmente aplicar penas alternativas como trabalhos comunitários para os crimes considerados “menos graves”.

Joana Rosa fez esta proposta à margem do encontro com os parceiros do Plano Nacional de Reinserção Social, realizado na quarta-feira, 15, na cidade da Praia, para afinar as estratégias para uma melhor reinserção social e consequentemente reduzir a taxa de reincidência criminal no país.

No seu entender, a taxa de reincidência social acima dos 30 % deve-se a falhas na implementação das medidas de reinserção, ressaltando que essas falhas deverão ser colmatadas com acções de formação profissional, aproximação das famílias aos reclusos, etc.

“Não vamos ter reclusos durante anos de prisão e devolver à sociedade um mau cidadão, nós queremos devolver à sociedade um bom cidadão e, para isto, precisamos trabalhar a educação, a formação profissional, a questão da saúde dos reclusos e o emprego dos reclusos”, asseverou.

Joana Rosa explicou que, através das medidas a serem implementadas, as pessoas que cometeram crimes de diferentes tipos receberão tratamento diferenciado, apontando a criação de condições dos tribunais no alcance desses objectivos como um grande desafio a ser ultrapassado.

De referir que o Plano Nacional de Reinserção aprovado, em 2019 e que tem a duração de cinco anos (2019 a 2023), conta com o financiamento do Governo no valor de 85 mil contos.



PUB

A Nação
JORNAL INDEPENDENTE
Cabo Verde



Marcando a diferença
desde Setembro de 2007

Telefone: + 238 260 26 90 (PBX)
E-mail: jornal.anacao.cv@gmail.com
www.anacao.cv

Sem receber

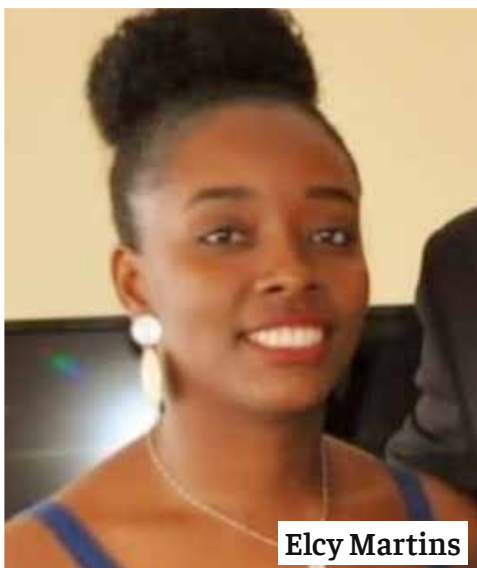
Estagiários do IEFP ao deus-dará



Edilson Lopes



Daniela Pires



Elcy Martins



Brundino Pires

Estagiários do programa do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) encontram-se com, pelo menos, dois meses de subsídios em atraso. Situação que é denunciada por jovens nessa situação que pedem a “resolução imediata” do problema e cumprimento escrupuloso dos acordos assinados com a instituição.

Ricénio Lima

As denúncias chegam de toda a parte do país. Sejam de estagiários profissionais ou licenciados, não há quem não tenha, pelo menos, um mês de subsídio em atraso.

De Santiago Norte chegamos a denúncia de Edilson Lopes, estagiário de multimédia e web design, com três meses de atraso. Apesar de se dirigir regularmente à instituição, raramente consegue uma resposta positiva e diz ouvir sempre a “mesma desculpa”.

“Apontam sempre dificuldades no orçamento como desculpa. O que mais me chateia nisso tudo é a falta de consideração desta instituição com os jovens estagiários. Nesses meses de atrasos nunca se preocuparam em nos esclarecer o que estava a passar”, conta Edilson ao A NAÇÃO.

Desmotivação

Daniela Pires, da ilha do Fogo, aponta o mesmo cons-

trangimento. Estagiária de recursos humanos, diz que também não é paga pelo trabalho há três meses e pondera desistir do estágio. Isto, tendo em conta os custos de transporte entre São Filipe e Santa Catarina, onde realiza o estágio, e a desmotivação provocada pelos incumprimentos do IEFP.

“Peço que paguem o nosso subsídio porque não temos outro rendimento a não ser esse. O nosso sustento está nesse subsídio nos últimos meses, para o pagamento de transporte, alimentação, etc. Queremos o que é nosso por direito porque temos estado a trabalhar para isso”, sublinha a jovem do Fogo.

Entretanto, ao que parece, os incumprimentos prosseguem mesmo após o término do estágio. Elcy Martins terminou o estágio recentemente na ilha do Sal e herdou também três meses de atraso no pagamento do subsídio de estágio. Neste sentido, pede

que o IEFP tenha mais consideração pelos estagiários e pague o que deve porque as contas também “não podem esperar”.

“Nós também somos chefes de família, temos filhos e contas por pagar no final do mês. Muitos de nós que estávamos no turismo e ficou afetado com a pandemia viu no estágio profissional uma tentativa para conseguir ganhar alguma coisa, mesmo não sendo um valor alto”, aponta Elcy Martins.

“IEFP mente”

O montante do subsídio mensal pago pelo IEFP é de 15 mil escudos para estagiários com licenciatura e de 11 mil escudos para os com formação profissional. No Sal, Brundino Pires, com formação profissional, espera há quatro meses pelo pagamento referente ao estágio e acusa o IEFP de mentir aos estagiários.

Estágios, “arma de arremesso político”

O programa de estágios do IEFP tornou-se numa arma de arremesso político, principalmente entre os dois principais partidos, MpD e PAICV.

Isto porque, se de um lado o PAICV (oposição) denuncia “sucessivos incumprimentos” do programa, acusando o Governo de falsear dados estatísticos do emprego, por

outro, o MpD (situação) sai na defensiva do programa como fonte de oportunidade de inserção dos jovens no mercado de trabalho.

O partido governamental considera “totalmente falsas” as denúncias de atrasos sistemáticos no pagamento dos subsídios e nega que o programa tenha sido criado com efeitos eleitoralistas.

“O IEFP nos mentiu. O contrato assinado previa o pagamento de 11 mil escudos mensais, o que não tem acontecido. O acordo não foi cumprido”, avança o estagiário que diz estar numa “situação insuportável”, devido ao incumprimento do IEFP.

Os estagiários solicitam o pagamento dos subsídios em atraso “o mais breve possível” pelo trabalho prestado e como incentivo para continuarem o estágio que, para muitos, está por um fio.

IEFP não dá explicações

A NAÇÃO contactou o IEFP, por diversas vezes, para conhecer o posicionamento da entidade sobre os atrasos, mas os nossos contatos não foram

atendidos e nem retornados.

Entretanto, Paulo Santos, presidente do IEFP, garantiu em entrevistas anteriores à imprensa que os recursos da entidade “são limitados”, e que o instituto tem gerido o orçamento para não causar estrangulamento no programa de estágio. Com a pandemia, segundo diz, houve um aumento da procura dos estágios profissionais, tendo esta entidade uma folha de salários de 30 mil contos, pagos a três mil estagiários em todo o país.

Contudo, não se sabe para quando os problemas dos estagiários deverão ser resolvidos, já que a entidade não avança uma data concreta, remetendo para breve o pagamento dos subsídios em atraso.

Menores entre os 12 e 17 anos poderão ser vacinados



A garantia da doação foi dada esta terça-feira, pelo diplomata americano Jeff Daigle, em declarações à RCV. Em Outubro, deve chegar a Cabo Verde uma doação de cerca de 200 mil doses da vacina da Pfizer, produzidas pela farmacêutica Moderna, que podem ser administradas em menores entre os 12 e os 17 anos.

A possibilidade também foi levantada pelo primeiro-ministro, Ulisses Correia e Silva, na segunda-feira, durante a cerimónia de abertura do ano lectivo, na Cidade da Praia. Conforme avançou, dependendo das directivas da Direcção Nacional de Saúde, a população dos 12 a 17 anos poderá vir a ser vacinada.

Internamentos e óbitos devem-se à não vacinação

As autoridades sanitárias continuam a reforçar que os casos de internamento e de óbitos registados no país nos últimos tempos estão relacionados com a falta de vacinação.

Na segunda-feira, durante a conferência de imprensa de balanço da situação epidemiológica, o director nacional da saúde voltou a bater na mesma tecla, indicando que, entre 06 a 12 de Setembro, foram registadas sete mortes por complicações da covid-19. Destes, cinco não estavam vacinadas e duas tinham apenas uma dose da vacina.

Da mesma forma, indicou, a maioria das 25 pessoas internadas até a mesma data não tinham ainda a imunização.

“Portanto, 71% dos óbitos registados na semana anterior eram das pessoas que não tinham recebido nenhuma dose de vacina da covid-19 e duas outras tinham recebido apenas

Assim que estiver alcançada a meta de 70% de imunização da população adulta, estabelecida na campanha nacional de vacinação, os adolescentes entre os 12 e os 17 anos poderão ser também vacinados. A hipótese surge após o anúncio da chegada ao país, a partir de Outubro, de 200 mil doses de vacinas da Pfizer, oferecidas pelos Estados Unidos da América.

Natalina Andrade

uma dose de vacina. Não tivemos óbitos de pessoas completamente vacinadas. Isto representa mais um indício de que a vacina realmente protege das complicações e das mortes”, explicou.

Até o último domingo, 73,7% da população elegível já tinha recebido pelo menos a primeira dose da vacina, representando 273.140 pessoas. Os concelhos do Paul, em Santo Antão e Tarrafal de São Nicolau são os únicos cuja taxa já atingiu os 100% da população adulta.

Mais vacinas

No passado dia 13 o país recebeu mais 56 mil doses de va-

cinas do Luxemburgo. A doação chegou ao país a bordo de um avião da Força Aérea francesa, que apoiou no transporte.

Dez dias antes, a 03 de Setembro, Cabo Verde tinha recebido outra doação, desta vez na Eslovênia, com 150 mil doses de vacinas, para apoiar na imunização da população adulta.

Até 12 de Setembro, a taxa de vacinação completa, ou seja, com a segunda dose, rondava os 25%, enquanto que a taxa de pessoas com a primeira dose era de 74%.

Cabo Verde recebeu hoje mais 56 doses de vacina de AstraZeneca contra a covid-19, uma doação do Grão-Ducado de Luxemburgo, que vai refor-

çar o estoque vacinas a nível nacional.

Com mais este donativo perfazem um total de 615.050 doses de vacinas recebidas por Cabo Verde de Março até hoje, que, segundo o director Nacional de Saúde, dão para vacinar cerca de 307 mil pessoas. Até este domingo já tinham sido utilizadas 60% dessas vacinas.

Cabo Verde registou mais um óbito nas últimas 24 horas, tendo sido notificados mais 52 infecções por Sars-CoV-2, num dia em que 105 doentes foram declarados recuperados.

Com os dados de hoje, o país passou a contabilizar 977 casos ativos, 35.317 casos recuperados, 322 óbitos, perfazendo um

total de 36640 casos positivos acumulados.

Últimos dados

Até a última actualização antes do fecho deste semanário, o país acumulava 36.694 casos positivos da covid-19, registados desde março de 2020. Após um extenso período de abrandamento, a taxa de casos activos volta a aumentar, e ronda os mil casos activos em simultâneo: até terça-feira eram 928 infectados.

Do total de infecções registadas, 323 mortes foram diretamente ligadas a covid-19 e 15 considerados óbitos por causas externas.

Na última terça-feira, mais 454 casos foram registados, bem como uma morte, no município da Praia, que é também o concelho com mais casos activos – 387. A seguir à Praia está Ribeira Brava, com 132, seguido de São Vicente – 89, Maio – 64, São Miguel – 46 e Santa Catarina – 36. Os restantes rondam entre os 24 e 1 caso activos no momento.

Investimento: Policlínica Santiago reforça cuidados de saúde na Praia



A Policlínica de Santiago, inaugurada no passado sábado, na Cidade da Praia, é um investimento privado, que propõe ser uma mais valia no ramo dos cuidados de saúde na Cidade da Praia. Com valências multidisciplinares, cobre desde a medicina geral até especializações como a cardiologia, neurologia, psiquiatria, imagiologia, entre vários outros.

Natalina Andrade



Luís Bernardo Moreira

Sílvio Moreira

Uma das novidades deste investimento família é que terá uma ala social, com custos especiais e benefícios, pensada para facilitar o acesso a pessoas e famílias de baixa renda. A informação foi avançada à imprensa pelo director clínico, o cirurgião Luís Bernardo Moreira, à margem da cerimónia da sua inauguração.

“Um grande projecto privado deve vir aliado a um grande projecto social. Temos uma franja da população com uma dificuldade financeira grande, daí a ideia de criar uma ala social. Isso significa que os utentes com menos ca-

pacidades financeiras vão ter um atendimento com custos especiais, benefícios e regalias, para que toda a população seja abrangida”, garantiu a mesma fonte.

Clínica multidisciplinar

O edifício, situado logo à entrada de Cidadela, vai prestar serviços nas mais diversas áreas da saúde, desde psiquiatria, enfermagem, cirurgia, cardiologia, neurologia, entre vários outros.

Um projecto privado/familiar e de médicos cabo-verdianos que, segundo Luís Moreira, será de dimensão nacional, pelo con-

junto de mais valias que traz, não só para a Praia, mas para todo o país.

A infraestrutura garante, está preparada também para dar resposta a questões sanitárias relacionadas com a pandemia,

“Vamos ter um grande centro de consultas ambulatoriais, temos várias especialidades da medicina interna, especialidades cirúrgicas, pneumologia, infecciologia”, aponta, acrescentando ainda um centro de imagiologia com radiografias e tomografia axial computadorizada (TAC), este último ainda em fase de negociações para importar o equi-

pamento.

“Grande investimento” com impacto na qualidade de vida

O investidor é Sílvio Moreira, ex-funcionário dos Tribunais, natural de Santa Catarina. A viver na Praia, há mais de 40 anos, diz que quer agora dar o seu contributo para o enriquecimento dos cuidados de saúde prestados no município.

“A Policlínica foi pensada para contribuir para a melhoria dos cuidados de saúde na capital do país”, avançou, em declarações

ao A Nação.

Sem revelar valores, Sílvio Moreira garante que se trata de um “grande investimento”, que vai oferecer uma variedade de cuidados, em diversas áreas da saúde.

Durante a inauguração, exortou o Governo a analisar os custos de IVA pagos na importação de equipamentos médicos – pedindo mesmo a sua eliminação, de modo a incentivar o investimento do género no país. Um apelo que o ministro da Saúde, Arlindo do Rosário, garantiu que o executivo terá em consideração.

Praia

“Praça Center” do Palmarejo inaugurada esta sexta-feira

O centro comercial “Praça Center”, localizado na antiga praça do Palmarejo, tem capacidade para albergar 52 lojas e 221 estacionamentos, sendo 120 subterrâneos e 101 no exterior. O edifício, de dois andares, está dividido em dois blocos, um parque infantil para crianças e uma praça fitness, além das áreas verdes.

A construção, fruto de uma parceria entre a então equipa camarária de Óscar Santos e o Grupo Khym Negoce, deve rondar os 100 mil contos, valor anunciado na altura pelo então vereador do urbanismo, Rafael Fernandes.

Mais detalhes sobre o orçamento e capacidade deste investimento serão conhecidos no acto de inauguração marcado para às 18h30 desta sexta-feira, 17. O evento vai ser presidido pelo primeiro-ministro, Ulisses Correia e Silva.

Segundo os promotores, foi também convidado para o evento, o presidente da Câmara Municipal da Praia, Francisco Carvalho.

Histórico

Recorde-se que a construção do complexo Praça Center fez correr muita tinta entre a então Câmara Municipal da Praia (CMP), presidida por Óscar Santos, e o Partido Popular, liderado por Amândio Barbosa Vicente.

Em Agosto de 2018, o PP entregou no Tribunal da Praia uma acção cautelar pedindo o embargo das obras de requalificação da praça do Palmarejo, argumentando que a autarquia “violou a lei”.

Na altura, Amândio Barbosa Vicente disse que a construção da “Praça Center, no local,



O edifício Praia Center, na Praça do Palmarejo, é inaugurado amanhã, sexta-feira, 17, em cerimónia a ser presidida por Ulisses Correia e Silva. Recorde-se que as obras fizeram correr muita tinta, entre a então equipa da Câmara Municipal da Praia (CMP) e o Partido Popular (PP).

Romice Monteiro

ia contra o “interesse público” e que uma autarquia, que tem um mandato temporário, “não pode transformar a praça, que é de todos, num bem privado”.

No dia 23 de Novembro do mesmo ano, em cumprimento de um despacho do juiz Filomeno Rocha Afonso, o Tribunal da Comarca da Praia decretava o embargo às obras da praça do Palmarejo, alegando que os fins visados com a afectação da referida praça “não tem a ver com prossecução do interesse público”, visto que as cláusulas contratuais são “muito claras”, ou seja, “execução e exploração puramente privada, destinada

a obter o lucro pelo investimento realizado”.

No entanto, meses mais tarde, o Tribunal da Relação de Sotavento, no seu acordo nº 67/2019 de 13 de Junho, declarou “incompetência absoluta do Juiz Civil da Comarca da Praia”, Filomeno Rocha Afonso, que tinha mandado embargar as obras da Praça de Palmarejo.

Com esta sentença do Tribunal de Relação, que anulou um veredicto do Tribunal da Comarca da Praia, as obras na praça do Palmarejo foram retomadas em junho de 2019.

Insatisfeito com a nova decisão o PP prometeu na altura, dar

entrada no Supremo Tribunal de Justiça contra a decisão do Tribunal de Relação.

Mas as reivindicações do PP, que na altura pediu a solidariedade do povo, sobretudo do Palmarejo, revelaram-se infrutíferas e a Praça Center já é uma realidade, pronta a ser inaugurada nesta sexta-feira, 17.

Na verdade, dos primeiros a discordar da construção da Praça Center foi a Associação de Moradores do Bairro do Palmarejo (AMBP), defendendo a mesma questão que o PP.

No entanto, foram ignorados pela CMP que justificou que “os

moradores infelizmente não conseguem apresentar nem orçamento de execução da obra, nem forma de financiamento, nem capacidade financeira”.

Na altura, a autarquia referiu ainda que “o projecto não se resume apenas a desenhos e ao julgamento mais bonito ou mais feio”, mas sim “a sustentabilidade económica e financeira do empreendimento é determinante nesse tipo de investimento”. Na mesma perspectiva questionaram: “a CMP deve optar por um projecto viável, sustentável e com financiamento garantido que não põe em causa o endividamento público (como o do Khym Negoce)...”, ou pelo contrário, “se deve assumir todos os custos, estimados em mais de 100 mil contos, endividando ainda mais o Município, que dariam para executar inúmeras obras que a CMP tem feito um pouco por toda a Praia?”

Portanto, polémicas à parte, nasce mais um centro comercial na cidade da Praia, este no Palmarejo.



DESPORTO

Afrobasket'2021 Feminino

Cabo Verde estreia domingo frente ao Quénia



A delegação nacional já está a caminho dos Camarões para participar na 27ª edição do FIBA Afrobasket feminino 2021, que decorre de 18 a 26 de Setembro.

Carlos Alves

Esta edição do Afrobasket feminino, arranca já este sábado e prolonga-se até ao próximo dia 26, em Yaoundé, nos Camarões.

Cabo Verde está inserido no Grupo A, juntamente com o Quénia e a selecção da casa, os Camarões.

As comandadas de António "Zola" Moreira estreiam-se este domingo, dia 19, às 18 horas de Cabo Verde, frente ao Quénia, no Complexo Desportivo Multiusos de Yaoundé.

Os restantes grupos da competição são constituídos pelas selecções da Nigéria, Angola e Moçambique, no Grupo B, Sene-

gal, Egipto e Guiné Conacri no Grupo C, ao passo que Mali, Costa do Marfim e Tunísia constituem o Grupo D.

Recorde-se que a selecção cabo-verdiana de basquetebol sénior feminina garantiu a segunda presença consecutiva no Afrobasket após eliminar, no passado em Junho, a Guiné Conacri. Contudo, as guineenses seriam repescadas pela organização do torneio.

Lista das convocadas:

4-Jade Leitão, 5-Indira Évora, 6-Analeesia Fernandes, 7-Joseana Vaz, 8-Arlia Almeida, 9-Monalisa Mendes, 10-Jéssica Vaz, 11-Juvelina Bento, 12-Vandel Andrade, 13-Aylin Pires, 14-Ornela Livramento e 15-Maria Correia.

Equipa técnica:

Seleccionador António "Zola" Moreira;

Assistentes: Maria da Costa e Edmilson Abreu.

Boxe

Mundial Militar de Boxe com participação cabo-verdiana

O pugilista cabo-verdiano Davilson Morais participa no 58.º Campeonato Mundial Militar de Boxe que realiza a partir deste fim de semana em Moscovo, Rússia. Uma competição do Conselho Internacional do Desporto Militar (CISM).

As Forças Armadas de Cabo Verde vão estar representadas nos Jogos Militares Mundiais pelo atleta Olímpico Davilson Morais e pelo treinador, o sargento-chefe, Adilson Gomes.

A dupla nacional já está a caminho de Moscovo, onde vão participar no Campeonato do Mundo para Militares, de 18 a 25 setembro,

O pugilista medalha de ouro nos Jogos Militares Africanos de 2019, na categoria su-

per-pesado, Davilson Morais, fez o último treino nesta terça-feira (14) em São Vicente antes da partida para a capital russa.

Segundo a organização, o evento terá a participação de quase 300 atletas, incluindo 49 militares femininas, em representação de 39 países que vão competir por medalhas em dez categorias de peso masculinos e em cinco categorias femininas.

Além de Cabo Verde, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) será representada ainda por Angola e o Brasil.

De salientar ainda que Davilson Morais tornou-se atleta olímpico em 2016 ano em que representou o país nos Jogos do Rio de Janeiro. CA



Cabo Verde preparado para o retomar das actividades desportivas internas

O ministro do Desporto considera que o país "já está preparado para a abertura de actividades desportivas internas", pelo que aguarda pela definição de cada federação desportiva quanto ao momento para a retoma efectiva da sua modalidade.

Carlos Monteiro disse, na última terça-feira, 14, que aguarda que as federações enviem as necessidades levantadas no terreno, para perceber a nível material e das condições logísticas e o quadro financeiro para

poder garantir a retoma efectiva em todas as modalidades.

O governante recordou que a retoma foi analisada em conjunto com todas as organizações desportivas. Além disso, ficou firmado o compromisso para a criação de condições concretas, mediante a definição de cada uma das federações.

"É um trabalho conjunto. O Governo através do Instituto do Desporto e da Juventude tem estado a fazer o seu trabalho, preparação

para garantir esta retoma e, as federações estão neste momento também a perceber qual é o melhor 'timing' para, umas continuar e dar por finda a época desportiva 2020/21 e outras perceber o 'timing' para o início da época 2021/22", explicou.

Num caso como noutro, avançou, o Governo estará ao lado para garantir estas condições.

As federações desportivas nacionais decidiram, por unanimidade, pelo cancela-

mento de todas as competições desportivas referente a temporada 2019/20, em Maio de 2020, como medida de segurança sanitária.

Apesar de várias tentativas para a retoma das provas oficiais internas, sobretudo a nível futebolístico, as provas oficiais voltaram a ser suspensas em todas as ilhas, com o aumento de casos testados positivos à covid-19 nos clubes com a maioria dos campeonatos regionais 2020/21 suspensos na fase decisiva. C/Inforpress CA

Censo 2021

Administração do INE põe em causa os dados que produz

POLÊMICA

Depois de se ter remetido ao “silêncio”, recusando-se a falar para o A NAÇÃO, a administração do INE resolveu em comunicado pronunciar-se sobre as duas matérias deste jornal sobre os problemas do V Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH 2021 ou Censo 2021). Contudo, em vez de esclarecer, adensa a confusão. O INE chega a pôr em causa os próprios dados que andou a produzir nos últimos anos.

Daniel Almeida

Em comunicado do dia 3 de Setembro, a administração do Instituto Nacional de Estatística (INE) reagiu às matérias do A NAÇÃO, publicadas nas edições 730 e 731, de 26 de Agosto e 2 de Setembro, respectivamente, sobre os resultados preliminares do Censo 2021.

Ausência de justificação técnico-científica para uma redução da população

Nesse “comunicado”, assinado por Osvaldo Borges e publicado na íntegra na página xxx deste número do A NAÇÃO, o INE não apresenta qualquer justificação técnico-científica para a questão que mais interessa aos utilizadores de dados estatísticos oficiais e ao público em geral no país.

Ou seja, o INE não avança as razões de uma redução da população cabo-verdiana na ordem de 1,6% nos últimos 11 anos, facto este que contraria as Projeções Demográficas de Cabo Verde 2010-2030 (https://ine.cv/wp-content/uploads/2016/10/Retro-Projeccao-2000-2010eProjeccoesDemograficasCABOVERDE_2010-2030.pdf), feitas em 2012 pelo próprio INE, com base no Censo da População de 2010.

Este documento indicava que a população poderia ascender a 550 mil [concretamente 556.857] em 2020 e 563.198 em 2021.

Entretanto, de acordo com os resultados preliminares do Censo 2021, a população do país está calculada em 483.628

habitantes, o correspondente ao número total da população que tinha sido estimado para o ano de 2006 [483.090], de acordo também com as Projeções Demográficas da População de Cabo Verde 2000-2020 (feitas pelo INE e revistas em 2007) (<https://ine.cv/wp-content/uploads/2016/11/resultadorevprojdemograficas2000-2020.pdf>), e em 483.589 para o ano de 2008, de acordo com a Retroprojeção da População de Cabo Verde 2000-2020 (https://ine.cv/wp-content/uploads/2016/10/Retro-Projeccao-2000-2010eProjeccoesDemograficasCABOVERDE_2010-2030.pdf), feita pelo INE também com base no Censo da População de 2010.

Negação das projecções do Censo de 2010

Portanto, na sua reacção, a administração do INE põe em causa as projecções demográficas que ele próprio andou a produzir. Isto é, considera que, ao se tomar como referência essas projecções demográficas, que apontavam para um crescimento populacional no país em 2020/2021, e que ao divulgar os dados preliminares do Censo 2021, A NAÇÃO estaria a induzir os leitores em erro.

Estranhamente, o INE afirma também no seu comunicado que os resultados preliminares do Censo 2010 não foram divulgados e nem publicados os estudos temáticos.



Na verdade, conforme se pode confirmar na imprensa, à época, esses resultados foram, sim, tornados públicos pelo INE, nomeadamente no dia 24 de Setembro de 2010. Os relatórios temáticos estão também publicados no próprio site da instituição, (https://ine.cv/ine_publicacoes_categoria/populacao-e-censo/)

Comparação a Portugal é anedótico

E mais, ao invés de esclarecer a opinião pública sobre a coerência dos resultados preliminares do Censo 2021, o INE recorre, sem mais, ao exemplo de Portugal, cujos resultados preliminares do último censo (2021) também apontaram para uma redução da população (em 2%), para justificar igual redução populacional ocorrida nos últimos 11 anos em Cabo Verde, como se fosse possível nivelar a realidade sociodemográfica dos dois países.

Portugal é um dos países com uma das taxas de natalidade mais baixas da Europa e com uma população bastante envelhecida. E Cabo Verde encontra-se em situação quase que oposta. A população cabo-verdiana é relativamente jovem, como é de todos sabido.

Também se sabe que tanto Portugal, como Alemanha, Itália, Japão e alguns outros países, há muito se vêem confrontando com o problema do envelhecimento populacional. Principalmente por causa da taxa de fe-

cundidade inferior a 2,1 filhos por mulher e do envelhecimento da respetiva população, o que não é, uma vez mais, o caso de Cabo Verde.

Por isso, situar Cabo Verde no mesmo pé dos países atrás citados roça à anedota. Qualquer estudante de demografia, no primeiro ano de curso, não se atreveria a tanto.

Negar instabilidade laboral é tapar o sol com a peneira

Quanto ao clima laboral no INE, é sabido que em 2021 os seus trabalhadores anunciaram dois pré-avisos de greve (3 de Fevereiro e 6 de Abril), mas que acabaram suspensos na sequência de acordos entre o sindicato que os representa e a administração do INE, conforme notas enviadas pelo sindicato à imprensa.

Os mesmos trabalhadores realizaram três manifestações (29 de Janeiro, 31 de Março e 15 de Abril), conforme divulgado também na comunicação social.

Portanto, negar a instabilidade laboral, mesmo diante desses factos, como faz o comunicado do INE, é tapar o sol com a peneira.

Ao concluir a sua reacção, a administração do INE, “aconselha aos utilizadores e profissionais que aguardem pelos seus resultados definitivos, a publicar pelo INE, o mais breve possível, para as análises dos indicadores, dos temas e das suas implicações.”

Pois bem, neste momento, a pergunta é como o INE irá descalçar a bota que ela própria calçou, ao divulgar os resultados preliminares um mês após a conclusão dos trabalhos de recolha, quando o normal era haver alguma cautela num assunto tão sensível, como um censo demográfico.

Descalçar a bota

Isto é, se ninguém minimamente familiarizado com o fenómeno demográfico cabo-verdiano acredita numa redução da população, que contas irá o INE fazer sem que a sua direcção perca a face perante o país e os parceiros que financiaram o Censo 2021?

Diante disso, a administração do INE faz fuga em frente. Ignora as críticas dos especialistas, concentra-se em certos aspectos dos dois artigos do A NAÇÃO e pede agora que se aguarde pela divulgação dos resultados definitivos.

No fundo, é o próprio INE a borrar-se na fotografia que traça de si próprio no comunicado. 🌀

Nota da Redacção

Para melhor compreensão, veja o comunicado do INE, publicada no A NAÇÃO de 09 de Setembro, edição 733, também dada à estampa na Cartas do Leitor.



Arsénio Fermينو de Pina*

Colecção de factos, reflexões e tiradas minhas (2)

Não me demito de pensar, nem de escrever e muito menos de ajudar, partilhando.

A encíclica do papa João XXIII, *Pacem in Terris*, foi recebida em Portugal com prudência pelo Governo e com entusiasmo pelos meios católicos progressistas e da oposição. O seu texto integral seria mesmo alterado. O termo independente foi omitido, ficando somente autónomo.

Em 1967, é publicada a encíclica “*Populorum Progresso*”, do papa Paulo VI. Era mais uma “arma” para a luta dos católicos progressistas. E, mais uma vez, o colonialismo é posto em causa. Os cardeais Raitzinger (nomeado por João Paulo II Perfeito da Congregação para a Doutrina da Fé, futuro papa Bento XVI) e Lustiger são considerados, pelas correntes progressistas católicas, como os coveiros das esperanças criadas pelo Vaticano II do papa João XXIII.

No apogeu da época colonial, em 1900, a Europa tinha 400 milhões de habitantes, equivalente a 25% da população mundial. Hoje em dia, com 700 milhões, representa 10% da população mundial. Nessa altura a África tinha 150 milhões de habitantes e agora 1.200 milhões, equivalente a 17% da população mundial.

Entre nós, em Cabo Verde, deveríamos abandonar as escaramuças e riuas entre partidos políticos porque esses ataques pessoais nada resolvem e desgastam a imagem dos políticos, partidos e do sistema democrático.

A falência do Banco Ambrosiano deu-se em 1982, e o escândalo maior foi que o seu maior acionista era o Banco do Vaticano, e a justiça provou a ligação do Ambrosiano com a Máfia.

O obscurantismo, a ignorância, o fanatismo e a estupidez levam algumas pessoas a condenarem as vacinações na prevenção de certas doenças, não se apercebendo, ou não fazendo caso, de que as doenças matam e as vacinas evitam-nas. Realmente, não se consegue combater as convicções e crenças não adoptadas de forma racional.

A alienação do povo pelo futebol, em Portugal, vem da velha trilogia sa-lazarista dos três FFF – Fado, Fátima, Futebol; foi substituída pela moderna trilogia do futebol, futebol e futebol, nas horas de maior audiência nas televisões oficiais e privadas, com relatos, entrevistas a treinadores, jogadores, al-

guns carolas enquanto não encontram os interpretes do jogo, seguida de longos programas com os comentadores oficiais das televisões e rádios, autênticos catedráticos da bola, a debitem, fanaticamente, banalidades com repetições de jogadas e penaltis sem fim, adiando para a madrugada programas de real interesse, o que continua a ser a estratégia política para levar o povo a não pensar, não reflectir e a aceitar, de mão beijada, tudo que se lhe quiser impingir. Havendo canal desportivo e outros canais dos três principais clubes de futebol, não se compreende a razão de a ocupação dos canais oficiais e privados dar prioridade ao futebol. Como é possível gastarem-se horas e horas de rádio, televisão e milhares de páginas de jornais sobre um não-assunto?

Contra a tese hobbesiana de um direito acima da lei e dos costumes, no qual se concentraria definitivamente, após o contrato, Espinosa observa que a potência individual, isto é, a liberdade, não é transmissível nem delegável por nenhuma espécie de contrato, uma vez que ela constitui precisamente a essência dos seres vivos.

A rainha D. Maria Iª lançou, em 1785, um alvará régio proibindo o estabelecimento de manufacturas no Brasil, o que veio a estender-se depois a todas as colónias, obstaculizando o seu desenvolvimento em benefício do da metrópole, onde eram processadas todas as transformações das matérias-primas e riquezas das colónias com grandes mais-valias metropolitanas, reexportadas, transformadas, para as colónias, a preços controlados em regime de monopólio.

O colega Dr. Daniel Neves (Nhe-las de Ti Pedre), numa palestra feita, há nos, em S. Vicente, falou dos lançados, também chamados tangomaus, cabo-verdianos que comerciavam de tudo na costa da Guiné, contrariando lei régia, por tal só ser permitido aos reinóis. Firmaram o nosso crioulo como língua franca ao longo de todo o litoral do continente, fundaram, em 1590, a cidade de Cacheu. Parodiando o facto, o Dr. Daniel Neves avançou que alguns desses lançados mais jovens conseguiram regressar a S. Vicente para frequentarem o Liceu Gil Eanes. Eram eles: Nhe-las de Ti Pedre, Coxim, Bitim Leite, Nhunha de Bia Gaxa, Alberto Torres. Tchenta Gomes, Maturino Cohen, entre outros subversivos de nomeada.

Pela bula *Romanus Pontifex* de

1455, o papa Nicolau V autoriza os portugueses a escravizarem os infiéis entre Marrocos e Índia.

Posso dizer, com o autor de “*No Armário do Vaticano*”, Frederic Martel, que sou um agnóstico, ou ateu, com cultura católica, dada a minha origem patchê e posterior formação.

Como é possível organizar com tanta eficácia os Jogos Olímpicos, como foram os últimos no Japão, com milhares de participantes, equipamentos diversos, transporte de cavalos e respectivas rações, pagamentos de prémios monetários, alojamento de todos os participantes e assistentes e não sei que mais, e não se consegue organizar a vacinação contra a pandemia do Covid-19 da população mundial? Sem isso, sem limitarmos o número de pessoas susceptíveis de contraírem a doença, damos oportunidade ao vírus de seleccionar as mutações mais temíveis. A vacinação massiva é a melhor arma contra o Covid. Os negacionistas das vacinas que meditem no seguinte: Em Portugal houve 9.455 óbitos por Covid-19 entre Janeiro e Julho de 2021, sendo 9.398 (99,4%) de pessoas não vacinadas ou com vacinação incompleta, 57 (0,6%) de óbitos de pessoas totalmente vacinadas.

Numa entrevista do economista guineense Carlos Lopes, actualmente professor na Universidade do Cabo, ele manifestou-se favorável ao:

- Parceria com a China, desde que se previna a concorrência com os nacionais, seguindo os exemplos de Marrocos, Djibuti e Etiópia;

- Agro-negócio, sabendo que isso implica industrialização da agricultura e aumento da área irrigada, o que favorece o retorno ao campo daqueles camponeses que emigraram para as cidades bem como de outros trabalhadores necessários às indústrias fabris aí instaladas:

- Á ajuda internacional desde que se dê prioridade à gestão. Aplicada à política fiscal terá um efeito multiplicador.

Substâncias lipotróficas, isto é, que ajudam o organismo a queimar as gorduras acumuladas no fígado gordo: sumo de limão (não em jejum), canela (há formas em cápsulas), vinagre de sidra, beringela, colina (há no arroz vermelho), vitamina C, magnésio, Omega 3, Q10.

Assim como os dinossáurios foram extintos no fim do Cretácio, não haverá maneira de acabar com os hu-

manossáurios que governam vários países africanos? Se fossem eunucos, como acontecia em tempos antigos, ou nisso transformados, ao menos não teriam herdeiros que pudessem suceder a eles nem reivindicar património. Chamar nação a certos países africanos é mesmo um equívoco.

O Talmud é uma escola onde se aprende a pensar livremente. O filósofo judeu Maimonide pode escrever que os anjos são ficção ligada à nossa incompreensão de certos fenómenos, e que tudo que é pensável deve ser pensado.

Na Idade Média – também chamada Idade das Trevas, um tanto semelhante à que os extremistas islâmicos e os ultraortodoxos nos querem impor – os cristãos europeus achavam desnecessário tomar banho visto terem a alma e o corpo puros e limpos. O banho era uma cerimónia que fazia parte dos preparativos levados a cabo na véspera do casamento; os perfumes serviam às mulheres para disfarçar os maus odores, o que não impediu ao impudico Casanova de assinalar o odor desagradável das mulheres que conquistava. O saneamento das ruas, em Lisboa, antes da instalação do sistema de esgoto, era feito por escravas negras – chamadas calhandreiras - que transportavam à cabeça uma canastra cheia de dejectos que despejavam no Tejo, à semelhança do que acontecia, em S. Vicente, na minha infância, em que as criadas transportavam, à noite, latas de fezes a lançar no famoso Caisim. Não admira, pois, que os europeus não tenham dado grande crédito à história de Marco Polo sobre o banho diário dos chineses.

Lutero, que era católico, escandalizou-se com a vida devassa no Vaticano, quando visitou Roma pela primeira vez, originando o que veio a chamar-se Protestantismo. Respondeu às bulas do papa Leão X, que serviam para perdoar pecados, afirmando que somente o arrependimento é que perdoava pecados (ética protestante). A leitura da Bíblia, exclusividade dos bispos, passou a ser extensível a todos, com o protestantismo, embora o papa Clemente VI tivesse condenado tal liberdade. Só que, não obstante a Reforma, o pecado original, inventado por Santo Agostinho, persistiu nos textos protestantes.

Parede, Agosto de 3021

*Pediatra e sócio honorário da Adeco

“Na Idade Média – também chamada Idade das Trevas, um tanto semelhante à que os extremistas islâmicos e os ultraortodoxos nos querem impor – os cristãos europeus achavam desnecessário tomar banho visto terem a alma e o corpo puros e limpos”



Ministro do Bar

Com o fracasso da piscina oceânica (isca para pescar eleitores mindelenses nas últimas legislativas), em vez de Ministro do Mar, Paulo Veiga passou a ser chamado, em São Vicente, por Ministro do Bar. Isto a propósito da instalação de unidade de apoio a essa estrutura flutuante, que foi transformada num bar com serviço de “cok & bafa”, como manda a tradição local. Diante da contestação, Veiga foi obrigado a adequar o seu brinquedo de campanha às exigências dos mindelenses. O empresário chinês e o seu sócio cabo-verdiano é que não ficaram muito satisfeitos com o arranjo.



Rios da Guiné

Depois desse momento oceânico e cheio de maresia, Paulo Veiga embarcou rápido, com um olho a Bombordo e outro a Estibordo, para os rios da Guiné, anunciando que a Fast Ferry poderá prestar serviços nas ligações marítimas no país irmão. Uma vez mais, as bocas não tardaram, porque, graças ao Senhor, o Cabo-verdiano tem opinião sobre tudo. Se o nosso Ministro da Economia Marítima, também conhecido por Ministro do Bar, não consegue dar conta de recado na cabotagem cabo-verdiana, como poderá ir vender na Guiné o que não consegue em Cabo Verde? ZIG, dos seus parcos conhecimentos destas coisas, entende que o negócio é outro: ajudar a mobilizar votos para um dos candidatos às presidenciais de Outubro. Inteligente que é, o leitor sabe de qual dos candidatos estamos a falar.

Dívida antiga

Ainda a propósito da Fast Ferry ir operar nas Bijagós, ZIG lembra aos fracos da memória e do juízo que está por se cumprir a ameaça do falecido Comandante Nino Vieira, de vir retomar à força o navio Ilha do Komo, da outrora Naguicave, companhia nascida nos tempos da Unidade, para a qual Bissau não pôs um peso, mas que mesmo assim considerava-se dona de um dos navios. Por isso, não hora de embarcar em mais esta aventura pelos Rios e Mares da Guiné todo o cuidado é pouco. Com Sissoco, ou sem Sissoco, por alguma razão a Guiné é o que é.

Guerra suja

Suja e porca é a acção sofrida pela Câmara Municipal da Praia, cuja secretaria foi alvo de um assalto. Até fezes deixaram no lugar, partindo do princípio que a acção foi praticada por mais de um cagão, que, claramente, não morrem de amores por Francisco Carvalho. Entretanto, pergunta-se, como é possível o edifício da CMP não ter guardas nem vídeo-vigilância?... Há coisas que o ZIG, por mais que puxe pela cabeça, não consegue entender.



Requisição Civil

Os agricultores do interior de Santiago ponderam avançar com um pedido de requisição civil junto do Ministério da Justiça no sentido de libertar os presos para irem fazer as mondas e suprirem, assim, a grande falta de mão de obra registada nos campos. Das análises feitas conclui-se que o problema não deve ser apenas a emigração, mas sim ao número de indivíduos presos na cadeia de São Martinho, acima de mil.



Boa ideia

A ideia de Joana Rosa pôr os presidiários a darem duro nas “comunidades” como pena alternativa para os crimes “menos graves” é vista com muitos bons olhos pelos proprietários agrícolas, que pedem que os trabalhos da azágua sejam incluídos nas políticas de inclusão social e como trabalho comunitário prioritários. Com isso, nos próximos tempos, poderão contar com reforço de mão-de-obra, alguns deles “gordos, rixu e valente”, à sombra em São Martinho.



Universidade Jean Piaget
de Cabo Verde

CURSOS MESTRADO



a melhor opção!

CANDIDATURAS ABERTAS MESTRADOS 2021/22

CURSOS DISPONÍVEIS:

- ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR & SUPERVISÃO PEDAGÓGICA
- DOENÇAS INFECCIOSAS & TROPICAIS
- EMPREENDEDORISMO & GESTÃO DE NEGÓCIOS
- ECONOMIA APLICADA
- ENGENHARIA DE SISTEMAS E INFORMÁTICA
- GERONTOLOGIA
- GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS & DO CONHECIMENTO
- JORNALISMO ESPECIALIZADO & GESTÃO DE INFORMAÇÃO
- SAÚDE PÚBLICA & COMUNITÁRIA



50% DESCONTOS
NAS MATRÍCULAS
ATÉ 10 DE SETEMBRO

Etc.



Gravidez na adolescência

Um “clichê” que ainda precisa ser muito trabalhado

Gravidez na adolescência

Um assunto “clichê” que ainda precisa ser muito trabalhado



Os últimos dados oficiais sobre a saúde sexual e reprodutiva em Cabo Verde, inclusive a gravidez na adolescência, são de 2018 – embora o relatório estatístico que contém esses números devesse ser realizado anualmente.

Há três anos os estudos revelaram que foram identificadas 9.593 grávidas, entre os 10 e os 19 anos. A maior parte na cidade da Praia e no Mindelo, com 3.213 e 1.292, respectivamente.

Mesmo depois deste período, e com todas as intervenções dos profissionais de saúde, no sentido de oferecerem o máximo de informações aos mais jovens, a

realidade não se apresenta de forma muito diferente. Tome-se como exemplo o caso da Escola Técnica João Varela, no Porto Novo, Santo Antão, que registou, recentemente, um total de 24 alunas grávidas. Muitas frequentavam o 9º ano de escolaridade. Ou seja, adolescentes em

tenra idade.

Apesar da gravidez na adolescência ser um problema social, dados os seus impactos na vida da jovem mãe e até da criança, ela está a transformar-se em uma situação cada vez mais “normal” para o grosso da sociedade. Aliás, é de se perguntar a

partir de quando é que foi diferente? A partir de quando, também, os “ganhos” começaram a ceder ao velho hábito de as jovens engravidarem muito cedo?

Independentemente dessa discussão, a “normalização” da gravidez precoce, segundo a ginecologista e obstetra Nilce

O controlo e a prevenção da gravidez na adolescência continuam a ser um desafio importante para os serviços competentes dessa área da sociedade cabo-verdiana. O início de novo ano escolar é momento de voltar a tocar neste assunto, por si recorrente, tendo em vista a tendência para a “normalização” da gravidez precoce no país.

Suíla Rodrigues

Santos, da ilha de São Vicente, “não é algo que devemos ou podemos aceitar”.

“Vem se notando um aumento significativo em relação aos casos de gravidez nesta fase. Isso é algo que precisa ser avaliado com maior cuidado. Isso precisa ser visto, conversado. Precisamos de dados para que se possa mostrar que é um problema com consequências”, acrescenta.

Além das conhecidas implicações na vida dos adolescentes, “as responsabilidades que um filho acarreta, os riscos de não continuar os estudos, não conseguir um trabalho com

Saúde Sexual e Reprodutiva

Segundo os dados e as declarações da coordenadora do Programa Nacional de Saúde Sexual e Reprodutiva e Saúde do Adolescente, Vaneusa Rodrigues, nos últimos 10 anos foram muitos os ganhos e melhorias significativas nos indicadores da saúde sexual e reprodutiva, principalmente no que concerne à de mortalidade infantil, que tem tido uma tendência decrescente.

“Foram 98,8% das mulheres beneficiárias de cuidados pré-natais realizado por um profissional de saúde qualificado, onde cerca de 9 em cada 10 mulheres (86%) fizeram, pelo menos, 4 consultas pré-natais recomendadas, um aumento significativo de 14% face ao ano de 2005. Tivemos também melhoria das condições de parto e 97% dos nascimentos foram assistidos por um profissional qualificado”, enumera.

“Um total de 97% dos nascimentos ocorreram nas estruturas de saúde, contra 78% em 2005. No mesmo sentido, 87% das mulheres receberam cuidados pós-parto nos dois dias que seguiram o nascimento. De acrescentar que de 1988 a 2018, a fecundidade das mulheres cabo-verdianas diminuiu significativamente. O Índice Sintético de Fecundidade passou de sete crianças em média, por mulher, em 1988, para 2,5 crianças em média, por mulher, em 2018”, finalizou.

Nilce Santos aproveita, na mesma linha, para acrescentar um outro progresso que se prende com a diminuição considerável é a transmissão vertical de HIV, de mãe para filho, que tem sido possível identificar logo no pré-natal, permitindo o tratamento e acompanhamento adequado da mãe e do feto. SR

um rendimento suficiente para uma boa qualidade de vida”, a gravidez na adolescência significa consequências para o corpo e para a saúde da jovem mãe.

“Quando se tem uma gravidez na adolescência há um maior risco de complicação, de mortalidade materna e infantil, maior risco de interrupções não programadas, clandestinas que colocam em risco a vida da paciente. Há um maior risco de complicações no pós-parto. Maior risco de depressão, problemas sociais e isso traz implicações na família e no núcleo social”, elucida a médica que assegura que, nisso tudo, há sempre o risco de uma segunda gravidez não programada.

Áreas de actuação e melhorias

De acordo com a médica Vaneusa Rodrigues, coordenadora do Programa Nacional de Saúde Sexual e Reprodutiva e Saúde do Adolescente, da Direcção Nacional de Saúde, a adolescência “tem merecido uma atenção especial”. Por este motivo, desde 2017, foi criado um programa de saúde dos adolescentes.

O objectivo do programa é, então, “promover o acesso dos adolescentes a cuidados de saúde, com implementação de estratégias tais como readequação dos cuidados primários com espaços específicos de

atenção aos adolescentes, capacitação dos prestadores de cuidados em atenção à saúde dos adolescentes, educação de pares nas escolas e outras ações que visam a promoção de estilo de vida saudável e escolhas responsáveis na sua vida sexual e reprodutiva”.

Contudo, esses esforços mostram-se insuficientes sendo que esta temática ainda se constitui num “desafio”. Para tentar ultrapassar esta questão será necessária uma “aposta na educação e sensibilização dos pais e encarregados de educação para a abordagem de temas relacionados à saúde sexual e reprodutiva com os adolescentes”.


Esta ideia é igualmente defendida por Nilce Santos, médica também, que acredita que a conscientização da camada mais jovem passa por diversos factores e, mais do que respostas do sistema de saúde e das instituições de ensino, a questão exige um esforço e maior engajamento das famílias, das comunidades e da comunicação social.

“A educação sexual, ao contrário do que muitos pensam, não é para incentivar à prática do sexo. Há a necessidade que se fale com os adolescentes sobre a sexualidade, para que eles entendam que as atitudes têm consequências. Isto ainda é um tabu e vemos muitas famílias que preferem não falar sobre isso, não levam os filhos para

uma conversa ou orientação. A adolescência já é uma idade difícil, com novos desafios e formação pessoal que exige a presença dos pais”, considera.

Além de uma gravidez indesejada, os jovens e adolescentes, ao ignorarem o uso dos métodos contraceptivos, principalmente o preservativo, ficam expostos às doenças sexualmente transmissíveis, que também têm vindo a aumentar, consideravelmente, em Cabo Verde.

Ainda sobre este problema social, têm-se observado muitas intervenções, como a retirada do foco da gravidez precoce das meninas, passando a ser uma questão que chama à responsabilidade a ambas as partes, meninas e rapazes. Além disso, há também a campanha a ser desenvolvida pelo Instituto Cabo-verdiano para Igualdade e Equidade de Género (ICIEG), “Adolescência primeiro, gravidez depois”.

Como forma de minimizar o problema, a ginecologista/obstetra considera que é “necessário também que se tenha dados para que possamos controlar e saber como trabalhar a gravidez na adolescência”. Além disso, será indispensável que esses “dados venham para o conhecimento das comunidades para que possamos, juntos, agir, pois tem as suas consequências e é uma responsabilidade de todos”, finaliza. 

Desafios da área

Apesar dos ganhos e progressos verificados ao longo dos anos, tanto Nilce Santos como Vaneusa Rodrigues concordam que ainda há desafios e mais por fazer no sentido de manter e garantir a melhoria dos serviços prestados.

Para isso será, então, necessário “o reforço institucional em equipamentos e materiais, que facilitem as intervenções, garantir a melhoria contínua do acesso dos jovens adolescentes aos serviços de SSR (saúde sexual e reprodutiva), entre outras estratégias”.

Do mesmo modo, há que se investir na “capacitação de profissionais, quer dos que estão actuando, no sentido de actualizá-los e como forma de incentivo, e também inserir mais profissionais”.

Nilce Santos defende ainda que é preciso “aumentar a capacidade para o rastreio de câncer de colo, a nível de serviço público para que se possa

descentralizar dos hospitais e fazer, pelo menos, a colheita em centros de saúde. É algo necessário para que possamos prevenir cada vez mais”, considera.

Da mesma forma sublinha que é também necessário criar condições para rastrear outros tipos de câncer, principalmente para as mulheres. Uma maior abrangência do rastreio, também é indispensável, principalmente mamografias, nas classes sociais que não têm como arcar com estas despesas.

De acrescentar que há “necessidade de se falar nas doenças sexualmente transmissíveis, pois fala-se muito em HIV, mas pouco se fala em hepatite, sífilis, herpes e outras doenças sexualmente transmissíveis com consequências lesivas para pacientes e caso estiverem grávidas podem trazer consequências também para os fetos”, conclui. SR

Novo ano lectivo a pensar no pós-covid

Novos e velhos problemas

O novo ano lectivo 2021/2022 iniciou-se nesta segunda-feira, 13, em todo o país, em regime presencial e a tempo integral, com carga horária completa, depois de um ano e meio de “suspensão”, devido à pandemia da Covid-19.

Este regresso às aulas conta com 130 mil alunos, sendo que cerca de 16.500 dos jardins de infância, 83.500 no ensino básico e cerca de 30 mil a frequentar o ensino secundário, do 9º ao 12º ano de escolaridade.

Para leccionar são um total de seis mil professores, em que 220 novos foram contratados e houve mobilidade, através de transferência, de 230 docentes.

De acordo com o titular da pasta da Educação, Amadeu Cruz, um dos desafios deste ano lectivo será a implementação do plano de recuperação das aprendizagens, que consiste na antecipação do início das aulas, prolongamento

do final do ano lectivo, redução das interrupções letivas (férias intercalares do Natal, Carnaval e Páscoa) e, caso haja necessidade, após avaliação e diagnóstico, poderá ser ponderado estender as aulas aos sábados nos Concelhos e nas escolas onde houve mais perda de conteúdos.

Relativamente aos manuais escolares, todos do 1º ao 8º ano de escolaridade já estão disponíveis exceto os manuais de Língua Portuguesa e Matemática do 8º ano de escolaridade, que estarão disponíveis em meados de outubro. Os manuais do 9º ano de escolaridade só estarão prontos em Janeiro de 2022.

No que concerne ao problema das reformas dos professores, ainda é um tema que aguarda declarações do Ministério da Educação.

Em seja, em busca da nova normalidade, pós-covid, o ano escolar arranca com velhos e novos problemas. SR

SOCIEDADE

Porto Novo, Santo Antão

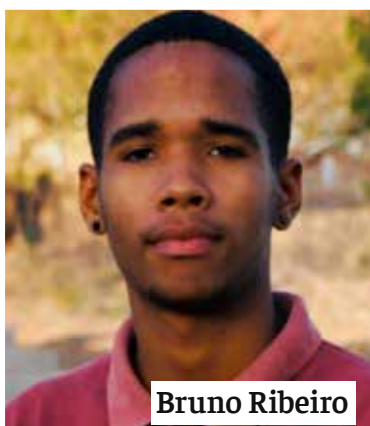
Voluntários do Centro da Juventude fazem a diferença e inspiram novos grupos



Otelindo Rodrigues



Elga Delgado



Bruno Ribeiro

Ajudar o próximo por amor e sem receber nada em troca. É este o espírito do voluntariado que se vive no Porto Novo, com a dinâmica do grupo de voluntários do Centro da Juventude que resgatou essa forma de entrega ao próximo em Santo Antão. Hoje, considerado uma referência nacional, o grupo tem inspirado o surgimento de novos voluntários um pouco por todo o país.

Ricénio Lima

Constituído há dois anos, o grupo de voluntários do Centro da Juventude do Porto Novo resgatou o sector em Santo Antão e tem feito a diferença seja no campo social, seja ambiental ou desportivo. O grupo, com cerca de 150 elementos, alguns fora, já é reconhecido pela autarquia e pelo Governo como uma referência nacional e um exemplo a seguir no país.

Voluntariado com “amor e satisfação”

Elga Delgado, integrante do grupo, diz não ter palavras para expressar a satisfação pelo trabalho voluntário. Um trabalho que, segundo diz, faz com amor e satisfação.

“Escolhi ser voluntário para trabalhar pelo bem do meu país e servir às pessoas, ganhando em troca o amor e a satisfação.

Com o voluntariado ganhamos o que o dinheiro não consegue comprar, que é nos tornar em jovens ricos de experiência, conhecimento e amor ao próximo. É uma experiência que levamos para toda a vida”.

Por sua vez, Bruno Ribeiro entende que fazer parte de um grupo referência do voluntariado nacional “é uma honra” e diz-se encorajado em continuar esse trabalho e inspirar novas pessoas. “Queremos que o voluntariado faça parte do desenvolvimento de Porto Novo, isto é, que as pessoas desenvolvam a forma de pensar e adiram a ações sociais”, ambiciona.

Na linha da frente

Este grupo de voluntários tem tido um papel preponderante no Porto Novo no que toca a campanhas de limpeza e preservação ambiental, recolha

e distribuição de cestas básicas aos mais necessitados, ações de sensibilização sobre temas diversos, promoção de atividades desportivas, entre outras áreas de actuação.

Para já, nos últimos tempos, o destaque deste grupo tem se relacionado com atividades de sensibilização contra a Covid-19 e, sobretudo, no auxílio do processo de vacinação no município e de acompanhamento de idosos aos centros de vacinação, como faz saber Otelindo Rodrigues, coordenador do Centro da Juventude.

“Os voluntários no Porto Novo têm dado muita entrega ao grupo, com muita energia e humildade em ajudar o próximo. Durante a pandemia, os voluntários foram os parceiros ‘número um’ nas campanhas de sensibilização, mas também na recolha e entrega de donati-

vos, principalmente nas zonas com mais dificuldades”, faz saber Otelindo Rodrigues ao A NAÇÃO.

Aliás, como avança o coordenador, as ações do grupo têm inspirado novos voluntários em Santo Antão e noutras ilhas do país, através de intercâmbios realizados, estando novos grupos a surgir.

Ministro “copia” modelo do Porto Novo

E, é neste sentido que Carlos Monteiro, ministro adjunto do primeiro-ministro para a juventude e desporto, diz que o Governo pretende criar um modelo de organização de voluntariado em Cabo Verde, inspirado nos voluntários do Centro da Juventude de Porto Novo.

“Dentro do trabalho que estamos a fazer com o PNUD, queremos criar corpos de vo-

luntários a nível municipal que depois podemos coordenar e dar as condições a nível nacional. Já consegui achar uma forma de acelerar esse processo porque iremos propor que ‘copiemos’ o modelo do Porto Novo para replicarmos em Cabo Verde inteiro”, avançou Carlos Monteiro a quando da visita ao município.

Os voluntários no Porto Novo ambicionam, no momento, dispor de uma carteira de reconhecimento do voluntário, no sentido de beneficiarem de algumas vantagens, o que, segundo Otelindo Rodrigues, já está a ser cogitado pelo Governo.

Igualmente, esperam que o número de voluntários venha a aumentar ainda mais e que a cidade do Porto Novo seja considerada a capital cabo-verdiana da juventude, o que poderá acontecer em 2024.



A Nação
JORNAL INDEPENDENTE

14 06 Set 2007 - 06 Set 2021 anos

ONDE O CONTRADITÓRIO É UM PRINCÍPIO SAGRADO



www.anacao.cv



[anacaocaboverde](https://www.facebook.com/anacaocaboverde)



Jornal A NAÇÃO no Youtube



(+238) 260 26 90 / (+238) 260 26 93

Santa Cruz

Jovens idealizam plataforma online para facilitar a vida aos emigrantes



Nelson Varela, Éder e Aquilino Correia são três jovens de Santa Cruz, interior de Santiago, que decidiram criar uma plataforma digital para facilitar a vida dos emigrantes na sua “luta” contra a burocracia que são obrigados a enfrentar nos seus contactos com a terra-mãe.

Romice Monteiro

Não é de hoje que os emigrantes se queixam da má prestação de serviços e da burocracia no país, pouco importa o sector, seja ele público ou privado.

Normalmente, para esses cabo-verdianos, os períodos de férias são utilizados para resolver antigos problemas, o que acaba por significar muito tempo nos balcões, para pagamento de impostos, levantamento de cargas nas alfândegas, entre outras “chatices”, que custam tempo, paciência e, por vezes, dinheiro.

Facilitar a vida dos emigrantes

Na perspectiva de facilitar a vida dos emigrantes os três jovens - Nelson Varela, engenheiro, e Éder e Aquilino Correia, emigrantes em França -, resolveram criar uma plataforma digital de apoio aos nossos patrícios no estrangeiro.

“Estávamos a falar sobre os projectos inovadores que podemos trazer para o nosso conceito e tendo em conta as suas dificuldades enquanto emigrantes acabamos por socializar a ideia de criação desta plataforma que acabou por ultrapassar as fron-

teiras de Santa Cruz”, explicou Nelson Varela, um dos donos desta iniciativa, o mesmo que, em 2017, desenvolveu o aplicativo “Nha Bex” e em Março de 2020 a “Linha Verde Cv”.

“Os interessados devem disponibilizar os seus dados e, estando devidamente cadastrados na plataforma, conseguem serviços de empresas, instituições, pessoas e parceiros da plataforma também cadastrados. Por exemplo, uma pessoa quer vir passar férias em Cabo Verde e precisa alugar um carro. Entra na plataforma, acerta tudo com uma empresa desta área à dis-

tância e no dia da sua chegada tem o carro à sua espera no aeroporto, sem passar por muita burocracia economizando tempo”, exemplifica.

Plataforma integra serviços das mais diversas áreas

Varela diz também que a plataforma é abrangente, aberta a todas as empresas de prestação de serviços, não importa a área. Por exemplo, agências de viagens e turismo que fazem pacotes de férias, empresas de aluguer de apartamento, empresas de construção civil até para pessoas singulares que têm também serviços a prestar, entre outras.

“Uma senhora, por exemplo, que vende linguiça pode estar cadastrada e um certo dia alguém solicita encomenda de terra. Esta senhora vende o seu produto através da plataforma”, explica o nosso entrevistado.

“Muitas vezes, vimos nas redes sociais pessoas a procurarem portadores de Praia-Lisboa e vice-versa. Este tipo de serviço estará também disponível na plataforma e os portadores ganham comissão com isso. Algo que antes faziam, mas que agora será de forma mais segura e que tem recompensas”, diz.

Segurança e fiscalização

Varela diz que esta plataforma será segura, uma vez que a ideia é ter sempre uma terceira pessoa que faz a fiscalização.

“Os emigrantes espalhados pelo mundo, assim como os parceiros prestadores de serviços, terão uma terceira pessoa, que em vários lugares também do mundo e em Cabo Verde, consegue verificar se os dados pessoais são verídicos. Todo o processo vai desenvolver através de um componente de inteligência artificial que funciona como os bancos que fazem a transferência e a SISP que controla as transações”, garante.

Lançamento do projecto piloto em Santa Cruz

Tendo em conta que a ideia inicial era trazer algo inovador

para Santa Cruz, que acabou por ser alargado, entretanto, a todo o país, Nelson Varela diz que escolheram este concelho para o lançamento piloto do projecto.

“Já apresentámos a ideia à Câmara Municipal e ela mostrou toda a abertura em colaborar connosco. Considera que os serviços que pretendemos prestar representam uma mais-valia. Por exemplo, há interesse que os emigrantes, mesmo do estrangeiro, paguem os impostos”, explica.

Depois de Santa Cruz, emigrantes.cv segue para o concelho de São Miguel, outro ponto estratégico para chegar às outras ilhas e municípios do país.

“Para além da proximidade entre São Miguel e Santa Cruz, seguir para este concelho é um ponto estratégico para abordar o seu presidente Herménio Fernandes que é também presidente da Associação dos Municípios de Cabo Verde. Com este automaticamente faremos com que a ideia chegue a todos os municípios”, justifica.

Fases de implementação

Neste momento, diz o nosso entrevistado, “estamos a fazer recolha de mais feedbacks depois de alguns pontos iniciais que nos permitem avançar. Temos todos aqueles componentes que serão resolvidos em parte”, garantiu, acrescentando que após as informações, a ideia é avançar com os serviços delivery que serão disponibilizadas também a nível dos concelhos.

“Um estudante santacruzense a caminho da Praia consegue através da plataforma levar uma encomenda e acaba conseguindo uma recompensa. Se receber 100 escudos por exemplo, fica com 60, 20 vai para a fiscalizadora que garante a segurança do produto e uma parte vai também para a plataforma que faz a ponte”, explica.

Numa segunda fase, Nelson Varela diz que darão oportunidade para os parceiros disponibilizarem os seus serviços. Nesta parte entram as prestações de serviços das autarquias como

pagamento de impostos, compra e venda de terrenos, entre outros serviços procurados pelos imigrantes em cada concelho”.

Serviços alfandegários

Ainda nesta fase entram os serviços alfandegários na parte de gestão e monitorização de todo o processo.

“Esta parte é muito mais complexa e requer mais tempo e cuidado. No entanto, depois de socializar a ideia e de encontrar um interessado competente nesta matéria, podemos seguir com serviços de levantamento de encomendas nas alfândegas através da plataforma. Da forma como queremos trabalhar, os emigrantes poderão acompanhar todo o processo até ter tudo em mãos”, explica o jovem engenheiro, para quem as vantagens desta plataforma são inúmeras, dando oportunidade de negócio a todos.

“Mais à frente, vamos lançar um desafio aos emigrantes para serem agentes turísticos, ou seja, falar de Cabo Verde e dos seus pontos turísticos para fazer com que recebamos cada vez mais turistas. Cada emigrante que levar à plataforma turistas que pretendem vir para Cabo Verde para usufruírem dos nossos serviços recebe uma recompensa financeira”, sublinha.

Boa aceitação

O nosso entrevistado garante que, até aqui, tudo tem corrido bem. “Os emigrantes abordados, até agora, já mostraram todo o interesse, congratulando-se com a ideia de que vão poder estar melhor servidos”.

Assim, esses jovens esperam, com esta plataforma, melhorar os serviços, mas também o desenvolvimento de Cabo Verde, em vários níveis. “Estamos abertos para ouvir os emigrantes, as suas preocupações de forma a fazer com que a plataforma seja solução para todos os seus problemas. Queremos também feedbacks das instituições e parceiros já que aqui ninguém fica de fora se tiver serviços a prestar”, termina.

Clube de Investimento

Paralelamente à plataforma dedicada aos emigrantes, Nelson Varela, da CV Innovation, diz ter em processo de finalização um outro projecto, o Clube de Investimento que consiste em dar a pequenos investidores oportunidades de fazerem investimentos, que podem ser grandes ou pequenos.

“Este clube funciona como o que chamamos de ‘toto-caixa’. A diferença é que na toto-caixa é o dinheiro dos próprios membros que roda para todos. No clube de investimento, o dinheiro dos membros é investido na compra de acções, na compra ou aluguer de apartamento, abertura de uma loja, entre outros investimentos”, explica sobre esta ideia que já conta com mais de 50 interessados.

É um projecto voltado para os jovens, mas também que dá oportunidades aos investidores cabo-verdianos.

Qualquer pessoa pode fazer parte desde que te-

nha uma boa visão de negócio. Mas é mais direccionado aos jovens no país e na diáspora. Todos cotizamos para o clube e através da comissão de gestão fazemos investimentos em várias áreas no nosso país”, avança o nosso entrevistado, acrescentando que também este projecto tem como piloto o concelho de Santa Cruz onde já identificaram potenciais investimentos.

Para os interessados em fazer parte deste projecto, Varela deixa aqui os requisitos necessários:

“O interessado endereça um e-mail a um dos membros do grupo e recebe informações do estatuto do clube, entre outras para a sua candidatura. Se tiver o perfil do investidor que desejamos e uma visão de negócio, ele acaba por ser selecionado. Temos um limite de membros do grupo e enquanto não atingirmos o número que pretendemos, estamos aberto mediante candidaturas”. RM



Nelson Varela

Sara de Pina, a “rainha” das bananinhas

Sara de Pina é uma jovem empreendedora que encontrou na venda das bananinhas uma oportunidade para gerar o seu próprio emprego e arranjar o sustento para a família. Esta micro empresária diariamente transforma cerca 20 quilos de banana em bananinhas.

Silvino Monteiro

Sara Jandira Semedo de Pina, ou “Bananinha” como é carinhosamente conhecida, natural da Assomada, encontrou na venda das bananinhas e salgadinhos uma oportunidade de negócio para o sustento da família.

Aos de 30 anos, Sara de Pina revelou ao A NAÇÃO que faz e vende bananinhas, na Assomada, há seis anos. Conta que aprendeu o ofício, que hoje se tornou na sua principal fonte de rendimento, com uma amiga santomense. E, em pouco tempo, tornou-se na mais famosa produtora de bananinhas de Santa Catarina.

“Deixei a escola cedo, ao oitavo ano, por causa da gravidez precoce. Mas, quando estudante, sonhava ser jornalista e apresentadora na televisão, mas tive que abandonar os estudos para lutar e arranjar o sustento do filho”, confessa.

Sara de Pina avança que ficou seis anos desempregada e depois encontrou na venda das bananinhas uma oportunidade de criar o próprio emprego. “Gosto também de ser taxista, mas agora estou focada na venda das bananinhas. Actividade esta que comecei há seis anos e até agora está a correr bem. Inclusive, já criei a minha pequena empresa e pago meu seguro no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) e imposto na finança com regularidade”.

Negócio rentável

Sara de Pina avança que diariamente compra cerca de 20 quilos de banana verde, nas vendeiras no mercado de Santa Catarina, para produzir bananinhas e vender na Assomada, principalmente na rua pedonal e no terminal rodoviário.

“Normalmente, começo a vender a partir das 16 horas. Em duas horas consigo vender todo o produto, sobretudo nos dias do mercado (quarta-feira e sábado) e época das aulas. Con-

sgo vender, todos os dias, cerca de três mil escudos. Antes colocava bananinha em alguns minimercados chineses para vender, mas depois que o preço da banana aumentou, deixei de fornecer produtos a essas lojas porque deixou de compensar”.

A nossa interlocutora adianta que os seus potenciais clientes são pessoas da Assomada, particularmente jovens e crianças de escola. “As bananinhas torradas são mais saudáveis que os ‘matutanos’ e outros produtos vendidos nas lojas. As ‘bananinhas’ são feitas com banana nacional e não usamos nenhum produto químico”.

E, para ter o produto pronto na hora, Sara avança que o seu dia começa bem cedo.

“Levanto-me às seis horas para preparar a minha filha mais pequena para ir à escola. E, depois das 8 horas, começo o processo de descascar as bananas e cortar em rodela ou em lascas. Às 11 horas, ou perto disso, começo a fritar até por volta das 13 horas. Normalmente trabalho sozinha, mas as vezes conto com a colaboração da minha mãe que me ajuda a colocar as bananinhas e as salgadinhos nas saquetas. Antes as minhas duas irmãs que aprenderam comigo ajudavam me também. Mas agora têm os seus trabalhos e quando estão em casa fazem delas”.

Esta jovem confessa que agora conseguiu montar e levar o seu pequeno negócio sozinha. “Nunca tive apoio de nenhuma instituição até porque nunca pedi. O meu sonho é me tornar numa grande empresária e ter a casa própria. Ou então emigrar e, se for possível, continuar a produzir e vender bananinha lá fora. Até porque recebo muita encomenda directamente dos emigrantes que vêm de férias ou dos familiares para mandar como presente. Isso demonstra que é um produto que tem que saída junto da nossa comunidade emigrada”, acredita.



A Nação
JORNAL INDEPENDENTE
Cabo Verde

A Nação Alfa-Comunicações **A Nação**

A Nação
Programa do Governo
Cabo Verde sob pressão da Dívida Pública
Polícia Policial: violência reacende na Praia
Santa Cruz: Jovem luta para retomar apicultura
Caso São: Direitos Humanos da ONU não interfere no poder judicial

Onde o Jornalismo é feito com rigor

(+238) 260 26 90 / (+238) 260 26 93

www.anacao.cv

YouTube Jornal A Nação no Youtube



anacaocaboverde



Filinto Elísio

Flashes

Olhares de Lisboa

Lembram-se de Costa-Gavras? “Jogo do Poder”, quem não viu, que veja. É um filme baseado no livro “Adults in the Room – My Battle with Europe’s Deep Establishment”, de Yanis Varoufakis, denunciando as cartas na manga, os meandros da dívida pública e os biombos que escondem os donos disto tudo. A continuação (desta feita à escala global) da orgia do poder...

*

Há coisas injustificáveis. Agravar em 37% o preço da energia elétrica, já de si absurdamente cara, é um des-caso social de todo o tamanho. Não convence, por falaciosa, qualquer explicação compensatória e apaziguadora, até porque a vida custa os olhos da cara e vai pela hora da morte. E as políticas públicas, se dignas de tal nome, não podem perder a rota, nem devem seguir a nau dos insensatos.

*

A propósito, é o sobrevoo do Atlântico, passadas tendo já as

Canárias ilhas, como diria Camões no Canto V, d’ Os Lusíadas, rumo a Cabo Verde. Ponho-me a ler “Croniques”, de Saint-John Perse, crioulo (de Guadalupe), cuja verve poética inspirou luminosa gente nossa ao “Éloge de la créolité” (Glissant). Entrementes, a companhia aérea faz preços de executiva para serviços mínimos de bordo, à maneira dos low-costs e nosotros em modo gado de porão. Amaldiçoo mil vezes estes monopólios que, aproveitando a insensatez reinante, se instalam nas ilhas. Os passageiros, uns dormitam, outros mascam pastilhas elásticas. E há quem não abandone a história a favor da essencialização. Ah, kanadja!

*

Saudar o nonagésimo sétimo aniversário de Amílcar Cabral, o arquiteto e o engenheiro da luta para a independência e a libertação da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, ilustre fundador da Pátria Cabo-verdiana e visionário

da soberania nacional adquirida, da democracia que hoje vivemos e do desenvolvimento sustentável que nos desafia a transformações. Para mim, é o Dia Grande da/na nacionalidade cabo-verdiana. Que o futuro Presidente da República, eleito no próximo mês de outubro, tenha na sua agenda a comemoração (internacional e a nível da Nação Global) do Centenário de Amílcar Cabral, em 2024.

*

Data trágica e mártir a de 11 de setembro de 2001, algo que remarca a hora zero da América e, por indução global, do mundo. De lá para cá, nada ficou igual, nem mesmo o terrorismo e a democracia, nem mesmo a geopolítica e o equilíbrio de forças. Lembro-me do sugestivo título “Os dez dias que abalaram o mundo”, de John Reed, descrição sobre as dinâmicas que, de vertiginosas e surpreendentes, desembocaram na Revolução Bolchevique, em 1917.

Agora, o título, mutatis mutandi, seria “O dia que abalou o mundo”, fossemos escrever sobre o fatídico e o incicitrizável de há 20 anos. E as poeiras ainda nem todas assentadas, nem apaziguados os ânimos da Humanidade!

*

No mesmo 11 de setembro, mas de 1973, que também assinala outra data da barbárie em delírio, com o incicitrizável golpe de estado no Chile que derrubou e levou à morte de Salvador Allende, o primeiro Presidente socialista eleito democraticamente na América do Sul. E da fétida cloaca do fascismo, emergiu das brumas um desclassificado Augusto Pinochet, que consta mandou assassinar Victor Jara, não se livrando da suspeita de ter envenenado Pablo Neruda. Sim, perco serenidade e estribeira. É desta alergia – com urticária e raiva consequentes – por quem debita simpatia zero ao povo, à música e à poesia...

Divulgação



As taxas aqui retratadas são praticadas nas operações entre o BCV e as instituições de crédito. As taxas praticadas por estas últimas nas operações com os seus clientes estão liberalizadas, com exceção do câmbio com o Euro que é fixo.

Data	Tipo	Taxa (%)
01/04/2020	Taxa Directora	0,2500
01/04/2020	Absorção de liquidez	0,0500
01/04/2020	Cedência de liquidez	0,5000
01/04/2020	Redesconto	1,0000
06/09/2021	Taxa Base Anual	1,0065
01/04/2020	Operação Monetária de Financiamento a longo prazo	0,7500

Títulos do BCV - Últimas Emissões

Data	Tipo	Taxa (%)
17/08/2021	Títulos de Intervenção Monetária (180 dias)	0,2500
25/08/2021	Títulos de Intervenção Monetária (180 dias)	0,2500
01/09/2021	Operação Monetária de Financiamento (3 Anos)	0,7500
02/09/2021	Títulos de Intervenção Monetária (180 dias)	0,2500
07/09/2021	Títulos de Regularização Monetária (14 dias)	0,2500
14/09/2021	Títulos de Intervenção Monetária (181 dias)	0,2500

Títulos da Dívida Pública - Últimas Emissões

Data	Tipo	Taxa (%)
08/07/2021	Bilhetes do Tesouro 150 dias	1,0000
14/07/2021	Obrigações do Tesouro 6 anos	3,0000
20/07/2021	Bilhetes do Tesouro 115 dias	1,0625
16/08/2021	Bilhetes do Tesouro 50 dias	1,0000
23/08/2021	Bilhetes do Tesouro 77 dias	1,0000
03/09/2021	Bilhetes do Tesouro 90 dias	1,0000

Taxas de Câmbio de 15-09-2021

	Moeda	Unid.	Compra	Venda
ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA	USD	1	93,233	93,435
INGLATERRA	GBP	1	129,176	129,479
CANADÁ	CAD	1	73,680	73,821
SUIÇA	CHF	100	10 121,746	10 134,522
JAPÃO	JPY	100	84,704	84,831
DINAMARCA	DKK	100	1 481,489	1 484,178
NORUEGA	NOK	100	1 082,394	1 085,084
SUÉCIA	SEK	100	1 085,429	1 088,286
ÁFRICA DO SUL	ZAR	1	6,459	6,661
CHINA	CNY	100	1 447,655	1 447,655
BRASIL	BRL	1	17,846	17,846
SENEGAL	XOF	100	16,810	16,810

Obs: Para mais informações, consulte WWW.BCV.CV

Prato cheio

Polvo grelhado (2 pessoas)

Ingredientes

- 900g de polvo;
- ½ xícara (chá) de cebola branca cortada em cubos grandes;
- 1 xícara (chá) de cenoura cortada em cubos grandes;
- ½ xícara (chá) de alho-francês;
- 1 xícara (chá) de aipo;
- 1 folha de louro;
- 1 xícara (chá) de vinho branco;
- 2 dentes de alho amassados;
- Sal e pimenta a gosto.

Modo de preparação

- 1- Pegue o polvo sem a cabeça, lave os tentáculos em água corrente e deixe-o bem limpo.
- 2- Numa panela de pressão, acrescente o polvo, o vinho branco, o aipo, o alho-francês, a cenoura, a cebola, a folha de louro e os dentes de alho esmagados.
- 3- Acrescente duas xícaras de água para cozinhar.
- 4- Tampe a panela e leve ao fogo até subir a pressão.
- 5- Deixe por cinco minutos na pressão e desligue o fogo.
- 6- Fique atento ao ponto do polvo para não ficar borrachudo.
- 7- Quando cozido, pegue o polvo e divida os tentáculos. Numa frigideira aquecida, regue com um fio de azeite e coloque o polvo para grelhar até ficar dourado.



Caça-palavras

F G M D R G X V T T E S F E H F C Y P Z
 A Q E G J N B I E C H Q I U E L Y M S U
 B W A U G V D I V O W W U R W T T B O I
 J M L T P A D A P N Z L S I R R D S S M
 A N I C C E O U E C S C Y D O Q Q N G G
 G D S M G M P O P E U X G I T W H O V T
 A A I M A E A V V I D G R C S U E Q F T
 T L A E R R D H V C Y Á G E U N O L V T
 B U L M M H G W P A S W O M G B B H T F
 X D U F Y L Y A Y O Q M I O U H I T G
 G E D O T E A O R L L T L N A E N G G D
 W A B W O A Z O J I Y U L T O Y M N F W
 G L A V X I D O N M D C N E I J Z K H K
 D M H U R O D B L A D A Z I R F Z L K F
 O E K V T H Q M R T M Q F R A R V K K M
 N I H S C J O A O T O R D O M J D R L H
 T D U B A M A G I E V L E U N A M J V B
 P A W Y A A Z U B J O K I G L T B B L G
 F H S Q H M G S F P N M P S T L E A V K
 Q K A Y U Q N H S H H Y A V V A T S V F

Encontre o nome de dez escritores lusófonos que participaram na III Edição do Festival Morabeza:

SOLUÇÕES:

ABDUAL SILA
 JOÃO TORDO
 MÁRIO AUGUSTO
 CONCEIÇÃO LIMA
 FAUSTO DO ROSÁRIO
 GERMANO ALMEIDA
 MANUEL VEIGA
 MARGARIDA FONTES
 EURÍDICE MONTEIRO
 NDALU DE ALMEIDA

Anedotas

Quilos a sobrar

- Joãozinho mudaste a fralda ao miúdo?
- Não é preciso...
- Como não?! Ele está cheio de cocó!
- No pacote das fraldas está escrito “até 12 kg”.

Em casa de pobre

Morre uma toalha, nasce um pano de chão;
 Morre um doce de laranja, nasce um copo;
 Morre uma blusa, nasce um pano de pó;
 Morre uma margarina, nasce uma tigela;
 Morre um refrigerante nasce, nasce uma garrafa de água;
 Morre um saco de supermercado, nasce um saco de lixo ou uma touca de cabelo,,,
 A salvação do meio ambiente é ser pobre, porque pobre sim, sabe reciclar!

Talento

Ruben Alves, mais conhecido por Faray, é um jovem praiense que actualmente mora na Bela Vista. Com 26 anos, Faray é um empreendedor e amante de tudo o que seja arte.

Faray começou a dar os primeiros passos, como empreendedor, há três anos com artes de cabedal e, pouco depois, decidiu investir no “dreads”, um serviço que diz ser muito solicitado.

“Antes eu fazia artes de cabedal como sapatos, bolsas e pulseiras, mas depois embarquei no mundo dos drea-

ds porque é nisso que eu encontrei maior rendimento”, conta.

Faray confessa amar tudo o que seja arte, porém, alega não ter nenhum inspirador. “A inspiração está em mim mesmo e por esse motivo não tenho nenhuma outra pessoa que eu possa inspirar além de mim mesmo”, declara.

Questionado sobre as dificuldades, Faray afirma serem muitas, mas declara não se deixar intimidar pelas pedras no caminho.

“Com muita garra irei ultrapassando cada obstáculo. Não vou parar porque algo que não deu certo, isso só me incentivava a explorar mais”.

Relativamente ao futuro, o jovem afirma deixar tudo nas mãos do destino.

“Futuro é incerto, não gosto de fazer planos apesar de ter muitos sonhos, eu deixo tudo nas mãos do destino”.

Aos mais jovens, Faray aconselha acreditarem em si próprios pois só eles sabem dos seus sonhos. MP



AGENDA CULTURAL

Motim na Cidade da Praia

O Centro Cultural Português (CCP) acolhe esta sexta-feira, 17, às 16h, o espectáculo “De cá para lá”, pelo Teatro Plage (Portugal), destinado a crianças de entidades convidadas, nomeadamente ACRIDES, Centro Intervenção Comunitária Bairro do Brasil e Espaço Safende, e no dia 18, sábado, às 17h, recebe o espectáculo “Mar d’nos Vida” pela Morabeza Teatro (Mindelo).

Criselene Brito

“**D**uas crianças vão à praia e são confrontadas com uma tartaruguinha perdida e o mar cheio de lixo... O que fazer? Às voltas com as suas brincadeiras inocentes tentam resolver esses problemas e tentam encontrar soluções, para que todos possam contribuir e ajudar nesse desafio que decidem encarar”, lê-se na sinopse da peça que se estreou no Mindelo, no CCM e será apresentada no sábado, no CCP, na Praia.

A acontecer no Mindelo desde o dia 14, esta edição da Mo-

tim apresenta também “O Gato Malhado e a Andorinha Sinhá - Uma história de amor”, encenado pelos alunos do curso de teatro no CCPM, ainda tem em cartaz a peça “Virguleto, o Trapalhão”, encenado pelo grupo de teatro dos Selesianos.

Além dos espectáculos de teatro infantil, a Motim promove pinturas faciais, animações, jogos tradicionais e muito mais para divertir todo o público.

Motim foi inspirada no Mindelact, um evento de teatro que reúne grupos nacionais e internacionais e traz, todos os anos,

artistas de vários países.

Conforme a directora artística da ALAIM, Janaína Alves, a Motim serve para estimular os grupos locais a fazerem espetáculos voltados para um público jovem, porque a população cabo-verdiana é formada maioritariamente por essa faixa etária.

Motim é um projecto desenvolvido pelo grupo Pará Moss, com a produção da Academia Livres de Artes Integradas do Mindelo (ALAIM), e conta com apoio do Ministério da Cultura e das Indústrias Criativas e da Cooperação Portuguesa.



Acontece

- ▶ - Concerto ALMA, no Hangar 7, Zona Industrial da Achada Grande Trás, sexta-feira, 17, às 20h30.

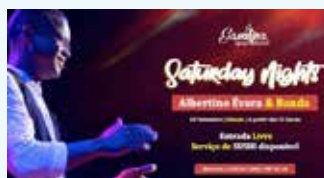


- ▶ - Djoys e Banda com participação de Tito Paris, no Espaço Musical Gamboa, sexta-feira, 17, às 21h00.

- ▶ - Exposição DJuntu, de Luís Levy Lima, no Centro Cultural de Cabo Verde, sexta-feira, 17 Setembro, a domingo, 17 Outubro, das 10h00 às 17h00.



- ▶ - Albertino Évora e Banda, no Espaço Musical Gamboa, sábado, 18, às 21h00.



- ▶ - Nhenga Matias e Banda, no Centro Cultural do Mindelo, sábado, 18, às 20h30.



Aconteceu...

- ▶ - Espectáculo de teatro “Santos da Casa-Família Ecológica”, na Alaim.





**CHEGOU O PPN, O SUPLEMENTO PRONTO PARA O SEU NEGÓCIO!
ESTE É O ESPAÇO QUE FALTAVA PARA O AJUDAR A VENDER O SEU BEM MÓVEL E IMÓVEL.
AQUI, NÓS FAZEMOS VALER E RENDER O SEU INVESTIMENTO! SOMOS O PARCEIRO IDEAL PARA SI!**

ANUNCIE NO PPN!



www.simovel.cv

edificio.solar@simovel.cv

4364 103 / 4364 200 / 927 00 94



VENDE-SE

T2 Esq – 5º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 104 m2
9,880,000 CVE



VENDE-SE

T2 Esq – 6º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 104 m2
9,880,000 CVE



VENDE-SE

T3 Frt – 6º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 3 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 140 m2
13,300,000 CVE



VENDE-SE

T2 Dto – 3º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 112 m2
10,080,000 CVE



VENDE-SE

T2 Dto – 4º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 112 m2
10,640,000 CVE

EDIFÍCIO SOLAR

Empreendimento da SIMÓVEL, empresa do Grupo SITA, está situado na Avenida Santiago, Palmarejo, Cidade da Praia, Cabo Verde.

Para além de requinte, será muito moderno e funcional. Terá um total de 19 apartamentos, sendo 12 T2 e 6 T3 e 1 T4, todos com pré-instalação de ar condicionado. O prédio conta ainda com gerador de emergência, dois elevadores, sistema moderno de gestão de água e energia, e estará preparado para uma gestão de condomínio eficaz.

Haverá apoio e aconselhamento de profissional de design de interiores, como forma de melhor se adaptar às necessidades e sonhos específicos.

Não perca esta grande oportunidade!



VENDE-SE

T2 Dto – 5º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 112 m2
10,640,000 CVE



VENDE-SE

T2 Dto – 2º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 112 m2
10,080,000 CVE



📍 Mira Mar, Palmarejo Baixo, Cidade da Praia
 ✉ info@hrochasolucoes.cv
 ☎ +238 985 16 89
 🌐 www.hrochasolucoes.cv
 📱 H Rocha Soluções



VENDE-SE :

Belíssima e espaçosa casa em Achada de Santo António num lote de 599,48 metros quadrados com três vistas. A superfície construída ocupa 522,44 metros quadrados.

Com 6 quartos com roupeiros e 5 casas de banho, sendo 3 suites. Sala de visitas, sala de jantar e escritório, 2 cozinhas e uma dispensa espaçosa, lavandaria e arrecadação.

Quartos com varanda e um bonito terraço no último piso com vista para o mar. Com jardim e garagem fechada.



VENDE-SE :

Apartamento T1 duplex em Terra Branca. Com dois pisos e terraço em cima da casa.



ARRENDAMENTO-SE

T2 mobilado no Plateau num prédio em frente ao INPS, com duas casas de banho, roupeiros nos dois quartos, sala de estar e sala de jantar. Cozinha completamente equipada e ar condicionado em todos os cômodos.



ARRENDAMENTO-SE

Em Achada de Santo António um espaço comercial com uma área de 183 metros quadrados.

Com 3 salas, duas casas de banho e open space.

VENDE-SE

Iphone 6s Plus

Memória - 128 GB
 Sistema Operativo - iOS
 Cor - Gold
 Conectividade - Bluetooth, NFC, Wi-Fi
 Processador - Dual Core
 Resolução - 1920x1080
 Rede - 4G, 2G, 3G
 Camera - 12 MP
 Preço - 40.000,00 - (Quarenta mil escudos)



Iphone 8 Plus - Space Gray

Memória - 64 GB
 Sistema Operativo - iOS
 Cor - Grey
 Conectividade - Lightning, Bluetooth, 4G, NFC, Wi-Fi
 Processador - Hexa Core
 Resolução - 1920x1080
 Rede - 4G, 2G, 3G
 Camera - 12 MP
 Preço - 70.000,00 - (Setenta mil escudos)



Iphone 7 Plus

Memória - 32 GB
 Sistema Operativo - iOS
 Cor - Rose Gold
 Conectividade - Lightning, Bluetooth, 4G, NFC, Wi-Fi
 Processador - Quad Core
 Rede - 4G, 2G, 3G
 Camera - 12 MP
 45.000,00 - (Quarenta e cinco mil escudos)

Contacto: 918 46 07 | 995 42 00

PEQUENOS ANÚNCIOS



Sistema completo de video vigilância, com 16 câmeras IP: 75.000,00- ECV



Gerador Aslo Silencioso 5 KVA: 85.000,00 ECV



UPS: 25.000 ECV



UPS: 25.000 ECV



Jantes: 5.000 ECV unidade

CONTACTO: 9954200 /9184607

Classificados



**Ministério da Indústria,
Comércio e Energia**
IGQPI - Instituto de Gestão de Qualidade
e da Propriedade Intelectual

ANÚNCIO DE CONSULTA PÚBLICA – Projeto da NORMA de REQUISITOS de SUSTENTABILIDADE para ALOJAMENTOS TURÍSTICOS

O Instituto de Gestão da Qualidade e da Propriedade Intelectual (IGQPI), enquanto Organismo Nacional de Normalização (ONN), nos termos do Regulamento de Funcionamento das Comissões Técnicas de Normalização (CTN), coloca em **Consulta Pública**, o **Projeto da Norma de Sustentabilidade para Alojamentos Turísticos**, elaborado pela Comissão Técnica de Normalização de Oferta Turística (CTN 007). A consulta decorrerá até o dia **24 de setembro de 2021** e visa a apresentação por parte do público em geral de sugestões, comentários, propostas de correção, ajustamentos ou outras reações que se entenderem necessárias.

O projeto da Norma de Sustentabilidade para Alojamentos Turísticos e o respetivo formulário de comentários e sugestões estão disponíveis em <https://www.facebook.com/IGQPI>

Os comentários e sugestões devem feitos através do formulário enviados para o endereço eletrónico dsnac@mice.gov.cv

Avenida Cidade de Lisboa, Prédio Ex. Bô Casa, 3º Piso – Várzea – Cidade da Praia – Ilha de Santiago – República de Cabo Verde – Tel.: +238 2604340/4816 – WebSITE: www.igqpi.cv



Banco Comercial do Atlântico, SA
Sede: Praia
E-mail: bca@bca.cv
Capital Social 1.324.765.000\$00

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA CONVOCATÓRIA

Nos termos legais e estatutários, convoco os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, no próximo dia 12 de outubro de 2021, pelas 15 horas, no Auditório do BCA sito em Chã de Areia, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Ratificação da cooptação de dois membros do Conselho de Administração, um executivo e outro não executivo;
2. Designação de Auditor Externo para o período 2021/2024;
3. Atribuição de Remuneração de Desempenho aos Administradores Executivos, referente ao exercício de 2020;
4. Eleição de Presidente e Vogal Efetivo do Conselho Fiscal;
5. Designação de Membro da Comissão de Nomeações, Avaliação e Remunerações, CNAR;
6. Eleição de Vogal Suplente do Conselho Fiscal;

Para além da presente convocatória, será posta à disposição dos Senhores Acionistas, para consulta, na sede social da Sociedade, a documentação de suporte.

Os Acionistas poderão na reunião da Assembleia Geral exercer o direito de voto de acordo com o previsto nos termos legais e estatutários da Sociedade, bastando, como instrumento de representação, uma carta, com assinatura, dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

Praia, 10 de setembro de 2021


Miguel Ramos
Presidente da Mesa da Assembleia Geral



ANÚNCIO DE CONCURSO INTERNO/EXTERNO

A MOAVE _MOAGEM DE CABO VERDE, vêm por este meio, informar a todos os interessados que se encontra aberto um concurso público destinado a todos os cidadãos para a contratação de 1 (um) técnico de gestão de stock e logística para as suas instalações em São Vicente.

Missão

Apoiar de forma ativa, a Coordenadora da Seção de gestão de stock e logística, na missão de garantir a transferência atempada de stocks entre os diversos centros comerciais, bem assim, em todos os processos administrativos conexos à função de gestão de stocks e logística.

Perfil do candidato:

- Mínimo 12º Ano de escolaridade ou equivalente;
- Experiência profissional mínima de 02 anos;
- Espírito de liderança, dinamismo e operacionalidade;
- Capacidade de organização e autonomia;
- Facilidade de relacionamento interpessoal e gosto pelo trabalho em equipa;
- Domínio das ferramentas informáticas (MS. Office) na ótica do utilizador.
- Disponibilidade imediata
- Experiência em processos de gestão de stocks e logística

Para os cargos acima referidos a empresa oferece:

- Remuneração compatível com a função;
- Integração numa empresa sólida e prestigiada;
- Bom ambiente de trabalho

A seleção será feita com base em:

- Análise curricular
- Entrevista e/ou provas de conhecimento

Os interessados deverão enviar o dossier de candidatura, contendo o curriculum vitae, comprovativos das habilitações literárias e da experiência profissional e ainda fotocópia do B.I./passaporte, até ao dia 17 de setembro de 2021 para os seguinte endereço eletrónico: geral@moave.cv ou para sede da empresa sita na Avenida Marginal Av. Marginal, C.P. 90 – São Vicente – Cabo Verde.



CONCURSO PARA RECRUTAMENTO DE UM TÉCNICO ADMINISTRATIVO COMERCIAL

A MOAVE pretende recrutar, mediante contrato individual de trabalho, um técnico para exercer as funções de Técnico Administrativo Comercial na Ilha de Santiago, com o seguinte perfil profissional:

- 12ª Ano de escolaridade
- Formação em técnica de vendas
- Boa capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal
- Sentido de responsabilidade e resistência ao stress
- Domínio das ferramentas informáticas (MS. Office) na ótica do utilizador e do software de gestão (Primavera)
- Experiência mínima de 2 anos no exercício de funções técnico de vendas ou similares
- Possuir carta de condução

Atividades

- Processar vendas e emissão dos respetivos documentos;
- Monitorização constante da carteira de clientes;
- Apresentação relatórios periódicos de atividades do Mercado
- Outras que se enquadrem na função e já previamente definidas no perfil profissional

Condições de Trabalho

- Remuneração compatível com o cargo a ocupar e enquadrável no PCCS vigente na empresa.
- Integração numa empresa sólida e prestigiada;
- Bom ambiente de trabalho

Os interessados devem entregar o dossier de candidatura, contendo o curriculum vitae, comprovativos das habilitações literárias e da experiência profissional e ainda fotocópia do CNI./passaporte, até ao dia 24 de Setembro de 2017, no Centro Comercial de Santiago, sito na Achada Grande Trás_ C.P 2032 e ainda para o seguinte endereço eletrónico: geral@moave.cv.



ANÚNCIO

Consulta Pública sobre o Projeto de Regulamento Tarifário do Setor Elétrico

A Agência Reguladora Multissetorial da Economia – ARME vem por esta via informar que encontra-se em curso, por um período de 30 (trinta) dias de calendário, a partir de 14 de setembro de 2021, a Consulta Pública sobre o Projeto de Regulamento Tarifário do Setor Elétrico.

O referido documento encontra-se disponível no website da ARME www.arme.cv.

Neste sentido, a ARME convida o público em geral a participar na referida Consulta Pública e solicita o envio das contribuições e/ou comentários para o endereço eletrónico cp_regulamento_tarifario_se@arme.cv, sem prejuízo do envio pelas vias tradicionais - correio ou pessoalmente, para o seguinte endereço:

Agência Reguladora Multissetorial da Economia – ARME
Avenida da China, Edifício Cartório/ARME, 5.º piso
C.P. n.º 892 | Praia – ilha de Santiago | Cabo Verde

Praia, 13 de setembro de 2021

O Administrador,

/ Almerindo Fonseca /



*Juntos Para Uma Educação
Inclusiva e de Qualidade*

AVISO

Fica por este meio avisado o Sr. Vicente Paulo Estevão, guarda noturno no armazém da FICASE (Porto Novo), que por não ter comparecido no seu posto de trabalho há mais de 10 dias úteis seguidos, sem qualquer justificação, e por se desconhecer o seu paradeiro, presume-se que o mesmo rescindiu o contrato de trabalho por abandono de lugar, sem aviso prévio nos termos do art. 244º, nºs 1 e 2 do Código Laboral vigente, podendo, todavia, ilidir tal presunção nos termos do nº3 do mesmo diploma legal.

Cidade da Praia, 10 de setembro de 2021.

Presidente do CA

Albertino Fernandes



COMINICAÇÃO SOBRE INSTRUÇÃO DE PROCESSO DISCIPLINAR

Comunica-se aos Srs. **ADILSON BRITO SILVA NOBRE** e **PRINCE MORENO DOS SANTOS MONTEIRO**, Vigilantes da Setelima, que corre contra eles nesta empresa, um processo disciplinar por abandono de lugar, de acordo com o nº 2, alínea i) do art.º 234º, conjugados com os art.ºs 128º, nº 1, alínea b), 244º nºs 1 e 2, cujos efeitos estão previstos no art.º 245º, do CLCV, pelo que deverão apresentar as suas justificações por escrito, no prazo de 08 (Oito) dias úteis, a contar da publicação deste anúncio.

Praia, 15 de Setembro de 2021.
O Instrutor
Júlio Barbosa



**Ministério da Agricultura
e Ambiente**
Direção Nacional do Ambiente

Chã d'Areia - Praia - Cabo Verde
CP. 115
+238 261 89 84/ (333)71 70
+238 261 75 11

ANÚNCIO “PALMEIRA DA CRUZ” ILHA DE SANTO ANTÃO

A Direção Nacional do Ambiente torna público que no âmbito do Decreto – Lei 27/2020, de 19 de março, que estabelece o regime jurídico de Avaliação de Estudos de Impactes Ambientais dos projetos públicos ou privados suscetíveis de produzirem efeitos no ambiente, no seu artigo 15º - participação pública, encontra-se à disposição do público em geral o Estudo de Impacte Ambiental do projeto denominado “PALMEIRA DA CRUZ” - RIBEIRA GRANDE - ILHA DE SANTO ANTÃO do proponente **G&D, COMÉRCIO LDA, DO GUY FRANS J. CLUYTENS E DA DANIELE JEANNE M.LOBE** para conhecimento, consulta e comentários dos interessados. O referido Estudo encontra-se dentro das horas normais de expediente, de 01 a 30 de setembro nos seguintes locais:

- www.maa.gov.cv;
- Direção Nacional do Ambiente – Localizado em Chã de Areia;
- Câmara Municipal da Ribeira Grande Santo Antão;
- Delegação Regional da Agricultura e Ambiente da Ribeira Grande Santo Antão.

Obs: Os comentários, questões ou outros contributos escritos poderão ser enviados para o seguinte contato eletrónico: rosiana.semado@maa.gov.cv

Cidade da Praia, 01 de setembro de 2021

A Diretora Nacional

/Águeda de Burgo/




EXTRACTO

CERTIFICO, para efeito de segunda publicação nos termos do disposto no artigo 86-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de agosto, B.O. nº 50 – 1ª Série, que no dia dezoito de agosto de dois mil e vinte um, no Primeiro Cartório Notarial de São Vicente, sito em Alto São Nicolau, São Vicente, perante o Notário **Dr. JOSÉ MANUEL SANTOS FERNANDES**, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número C/71, a folhas 61 a 61 Vº a habilitação de herdeiro, por óbito de **CARLOS ALBERTO DA SILVA MATOS**, natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente, no estado de casado com Janine Sousa Morais da Silva Matos, sob o regime de separação de bens, falecido no dia sete de fevereiro de dois mil e doze, na freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente-Cabo Verde, onde teve a sua última residência habitual, Monte, São Vicente.

Que, o falecido não deixou testamento ou qualquer outra disposição de última vontade e sucederam-lhe como herdeiros legítimos, os seus filhos: **a) - Janine Cristina Pires da Silva Matos**, a data do óbito, casado com Sandro Jorge Neves Fortes, sob o regime da comunhão de adquiridos, atualmente divorciada, com residência habitual no Reino Unido; **b) Carlos Manuel Fortes Matos**, a data do óbito solteiro, com residência habitual em Noruega. **c) - Carla Yara Fortes Matos**, à data do óbito, casada com Anísio Pinto Morais, sob o regime da comunhão de adquiridos, atualmente divorciada, com residência habitual em Noruega; **d) - Rafael Sousa Matos**, solteiro, à data do óbito, com residência habitual em Reino Unido; **e) - José Manuel Sousa Matos**, solteiro à data do óbito, com residência habitual em São Vicente, todos, naturais da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho de São Vicente.

Que não existem outras pessoas que, segundo a lei, prefiram aos indicados herdeiros ou com eles possam concorrer na sucessão à herança do referido **Carlos Alberto da Silva Matos**.

Mais se informa que, nos termos do nº 5 do artigo 86-A e do artigo 87 do Código do Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar judicialmente a referida escritura de habilitação de herdeiros.

ESTÁ CONFORME

Primeiro Cartório Notarial de São Vicente, em Mindelo, aos vinte e cinco dias de Agosto de dois mil e vinte e um.

CONTA:

Art.20.4.2..... 1.000\$00

Imposto de Selo..... 200\$00


Total 1.200\$00 (Importa em mil e duzentos escudos).

Processo nº304230_Conta nº 202138742

CARTÓRIO NOTARIAL DE SÃO VICENTE

Notário: José Manuel Santos Fernandes

Alto São Nicolau, Mindelo-SV-Cabo Verde (Telefone Notária em Acumulação -2326377/Telefone Secretaria-2326477/ e-mail Notário: José.M.Fernandes@rni.gov.cv)

O Notário,

/José Manuel Santos Fernandes/



EXTRACTO

Certifico, narrativamente, para efeitos de primeira publicação nos termos do disposto no artigo 100º do Código do Notariado, alterado pelo Decreto-Lei nº45/2014 e 20 de agosto, que de fls. 15 a fls 16 do livro de notas para escrituras diversas número 3-A desta Conservatória/Cartório se encontra exarada uma escritura de JUSTIFICAÇÃO NOTARIAL, com a data de dois de setembro de dois mil e vinte e um, na qual a **Sra. CARLA SOFIA DE DEUS MONTEIRO VIEIRA**, com NIF135175380, casada com Sérgio Odair Pires Vieira, no regime de comunhão de adquiridos, natural da freguesia de Santa Catarina, concelho de Santa Catarina do Fogo, residente em Cova Figueira, se declara com exclusão de outrem, dona e legítima possuidora de um terreno para construção, com área de quatrocentos metros quadrados, situado em Cova Figueira, confrontando ao norte com Neusa Ariana de Deus Monteiro, sul com terreno cultivo/privado, este com via publica e oeste com terreno cultivo/privado, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Santa Catarina do Fogo sob o número 2620/0, com o valor matricial de trezentos mil escudos, omissos no registo predial.

Que adquiriu o referido prédio por lhe ter sido doado por escrito particular por Eduíno Pereira Monteiro, herdeiro de Maria Monteiro-Beta, portanto anteriores possuidores e com posse somados de sessenta de vinte anos, sem que se pudesse dispor de título bastante para efeitos de registo predial. Que, não obstante, a justificante está na posse e fruição do imóvel e o vem exercendo sucessivamente e em nome próprio, de forma pacífica, de boa fé e ostensivamente com conhecimento de toda a gente, desde a referida doação e aonde vem atuando como verdadeira proprietária e sem oposição de outrem, pelo que julga ter adquirido nas circunstâncias descritas o direito de propriedade por sobre o referido imóvel, o que ora invoca para efeitos de primeira inscrição no registo predial.

Está conforme o original.

Cova Figueira e Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Santa Catarina do Fogo, aos nove de setembro de dois mil e vinte e um.

Conta: Reg. Sob o nº 04/09

Artigo 20º. 4.2.....1.000\$00

Selo do acto..... 200\$00

Soma:..... 1.200\$00 - São: Mil e duzentos escudos.

O Conservador/Notário,

/Paulo Jorge Barbosa Correia de Pina

DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de 2ª Classe de Santa Catarina do Fogo, Santa Catarina - Fogo, CP *, Cabo Verde,

Telefone +(238) 282 10 50 / VOIP (333) 8243, (333) 8283, Email: Conservatoria CartorioSCFogo@gov.cv

AVISO

Quem tenha adquirido lotes em Montinho ou em Xaguate, na família Monteiro Silva, directa ou através do advogado Roque Silva, deve providenciar celebrar a respectiva escritura pública com urgência e até Novembro próximo!

Este espaço é para o seu **pequeno anúncio!**



Ministério das Infra-Estruturas, do
Ordenamento do Território e Habitação



**ANÚNCIO PROCEDIMENTO Nº 22/2021_IMS_ME_STN/CPN
“EMPREITADA DE REABILITAÇÃO DA RESIDÊNCIA DE FORMANDOS E
FORMADORES DE PEDRA BADEJO, ILHA DE SANTIAGO”**

1. Entidade Adjudicante

Infraestruturas de Cabo Verde, SA (ICV, SA).

2. Entidade responsável pela condução do procedimento

Direção de Projetos e Concursos (DPC) da Infraestruturas de Cabo Verde.

3. Entidade financiadora

As despesas inerentes à celebração do contrato são financiadas pelo Governo de Portugal.

4. Objeto do concurso

Execução da Empreitada de Reabilitação da Residência de Formandos e Formadores de Pedra Badejo, ilha de Santiago.

5. Visita Técnica Obrigatória ao Local da Obra

Será realizada uma visita obrigatória no dia **22 de setembro de 2021, pelas 10h30** com concentração em frente à Residência Formandos e Formadores em Pedra Badejo.

6. Prazo de execução de obra

O prazo de execução será de **12 (doze) meses**, a contar da data da consignação da obra.

7. Preço Base

O preço proposto não pode exceder o preço base de **33.030.000,00 CVE (trinta e três milhões e trinta mil escudos cabo-verdianos)**.

8. Obtenção e custo dos documentos do Concurso

Os documentos do concurso, em língua Portuguesa, estarão disponíveis no endereço via email: infra.concursos@infraestruturas.cv, entre as 08h30 e às 16h00, mediante o pagamento do montante de **37.984,50 CVE (trinta e sete mil, novecentos e oitenta e quatro escudos e cinquenta centavos) c/IVA**, não reembolsável, por meio de depósito na conta corrente a indicar pelos serviços de contabilidade. Para submissão das propostas cada concorrente terá de adquirir o dossier sob pena de não admissão.

9. Requisitos de admissão

Podem ser admitidas as empresas nacionais, os concorrentes, Empreiteiro Geral ou Construtor Geral, que:

Não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 70º do Código da Contratação Pública; e

Devem ser titulares de posse cumulativa de 2ª Classe nas seguintes subcategorias:

4ª - Alvenarias, rebocos e assentamentos de cantarias; 5ª – Estuques, pinturas e outros revestimentos.

10. Prazo de manutenção das propostas

Os concorrentes ficam vinculados à manutenção das propostas pelo prazo de **90 (noventa) dias** a contar da data de abertura das mesmas.

11. Entrega das Propostas

As propostas deverão ser enviadas até às **23:59:59 do dia 21 de outubro de 2021**, para o email: infra.concursos@infraestruturas.cv, de acordo com o Procedimento do Ato Público Online (APO).

12. Critérios de Adjudicação

O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa.

13. Ato Público

O ato público online de abertura das propostas efetuar-se-á em sessão pública, às **9h30 do dia de 22 outubro de 2021** na sala de reuniões da Infraestruturas de Cabo Verde, onde deverão estar presentes os 3 (três) membros do Júri e um representante do Procurador Geral da República e os concorrentes em videoconferência.

14. Lei aplicável ao Procedimento

Código da Contratação Pública (CCP), aprovado pela Lei nº 88/VIII/2015 de 14 de abril, e o Regime Jurídico dos Contratos Administrativos (RJCA), aprovado pelo Decreto-lei nº 50/2015 de 23 de setembro.

Praia, 15 de setembro de 2021



Ministério da Justiça e
Trabalho

DIREÇÃO GERAL DOS REGISTOS, NOTARIADO E IDENTIFICAÇÃO
Conservatória e Cartório Notarial da Boa Vista



EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE HABILITAÇÃO DE HERDEIROS

Isabel Maria Gomes da Veiga, Notária em exercício no Cartório Notarial da Boa Vista, Certifica, narrativamente, para efeito de publicação, nos termos do art.86-A do CN, aditado pelo decreto-lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, que neste Cartório Notarial, a meu rogo, no dia dez de Setembro de dois mil e vinte e um, a folhas oitenta e quatro do livro de notas para escrituras diversas número cinquenta e nove quatro foi exarada uma escritura de habilitação de herdeiros, por óbito de **Guilherme Santos Pires**, Que no dia seis do mês de Maio do ano dois mil e quinze, em Antuérpia, faleceu **Guilherme Santos Pires**, casado com Adília Gomes Tomar Pires sob o regime de comunhão de adquiridos, que foi natural da freguesia de Santa Isabel, concelho da Boa Vista, com última residência habitual em Antuérpia, Bélgica.

Que o falecido não fez testamento, nem qualquer disposição de última vontade, e deixou como únicos herdeiros quatro filhos:

a) Nelson Guilherme Tomar Pires, solteiro, maior, natural da freguesia Santa Isabel, concelho da Boa Vista, e habitualmente residente em Bélgica;

b) Sara Elizia Tomar Pires, solteira, maior, natural da freguesia Santa Isabel, concelho da Boa Vista, e habitualmente re-

sidente em Bélgica;

c) Elizandro Luís Tomar Pires, solteiro, maior, natural da freguesia Santa Isabel, concelho da Boa Vista, e habitualmente residente em Bélgica;

d) Samira Tomar Pires, solteira, maior, de nacionalidade Belga, e habitualmente residente em Bélgica;

Que, não há quem possa concorrer com os indicados herdeiros à sucessão do identificado Guilherme Santos Pires.

Que não há outras pessoas que segundo a lei possam concorrer com aos indicados herdeiros nesta sucessão. Podem os interessados, querendo, impugnar, judicialmente, a referida escritura, nos termos do artigo 87º do decreto – lei nº 9/2010, de 29 de Março, que aprova o Código do Notariado. Esta Conforme.

Cartório Notarial da Boa Vista, aos vinte e 14 do mês de Setembro de 2021.

Importa o presente extrato em: 1.200\$00 (mil e duzentos escudos).

Conta Nº 306826

A Notaria:
Isabel Maria Gomes da Veiga

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de segunda publicação, nos termos do nº 5 do art. 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia oito de setembro de dois mil e vinte e um, no Cartório Notarial de Santa Catarina, perante mim, Lic. Jandira dos Santos Cardoso, Notária por substituição, no livro de notas para escrituras diversas número **setenta e sete**, a folhas **onze a doze**, foi lavrada uma escritura pública de **Habilitação Notarial**, por óbito **Boaventura Sanches**, falecido no dia três de Junho de dois mil e dezasseis, em Bissau, natural que foi da freguesia e concelho de Santa Catarina, com última residência nesta cidade de Assomada, no estado de casado com Maria Paula Mendes Semedo, sob o regime de comunhão de adquiridos.

Que o falecido não deixou testamento ou qualquer outra disposição de última vontade e deixou como únicos herdeiros legítimos, os seus filhos: **a) – Isabel Monteiro Xavier**, solteira, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho do Fogo, residente nos Estados Unidos da América; **b) – Zuleica Catarina Semedo Sanches Fernandes**, unida de facto com Ivanildo de Jesus Alves Fernandes, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente nesta cidade de Assomada; **c) – José Luís Semedo Sanches**, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente em Lisboa - Portugal; **d) - Jacqueline dos Reis Sanches**, solteira, maior, residente em Lisboa - Portugal; **e) - Amílcar Rodrigues Sanches**, a data do óbito solteiro, atualmente casado com Ângela Suzete Mendes Gonçalves, sob o regime de comunhão geral de bens, residente em Luxemburgo; **f) - Ana Maria dos Reis Sanches**, solteira, maior, residente nesta cidade de Assomada; **g) - Maria dos Anjos Garcia Sanches**, divorciada, residente nesta cidade de Assomada; **h) - Emanuel Semedo Sanches**, solteiro, maior, residente em Sal Rei, Ilha da Boa Vista; **i) - Ednilson Carlos Rodrigues Sanches**, solteiro, maior, residente em Lisboa - Portugal; **j)- Gilson Semedo Sanches**, solteiro, maior, residente em Lisboa - Portugal; **k) – Zenaida Maria dos Reis Borges Sanches**, solteira, maior, residente nesta cidade de Assomada; **l) - Solange Sofia Semedo Sanches**, solteira, maior, residente em Inglaterra. Estes naturais da freguesia e concelho de Santa Catarina, ilha de Santiago.

Que não existem outras pessoas que, segundo a lei, prefiram aos indicados herdeiros, ou com eles possam concorrer na sucessão à herança do referido **Boaventura Sanches**.

Está conforme o original.

Mas se informa que, nos termos do número 5 do artigo 86º A e do 87º do Código Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar judicialmente a referida escritura de habilitação de herdeiros.

Cartório Notarial de Santa Catarina, aos oito de Setembro de dois mil e vinte e um.

Emol:1.000.00

Imp. de selo: 200.00

Total:1.200.00 (mil e duzentos escudos)

Conta nº 4378/2021



EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE HABILITAÇÃO DE HERDEIROS

Isabel Maria Gomes da Veiga, Notária em exercício no Cartório Notarial da Boa Vista, Certifica, narrativamente, para efeito de segunda publicação, nos termos do art.86-A do CN, aditado pelo decreto-lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, que neste Cartório Notarial, a meu rogo, no dia trinta de Julho de dois mil e vinte e um, a folhas 18 do livro de notas para escrituras diversas número cinquenta e nove foi exarada uma escritura de habilitação de herdeiros, por óbito de **Olinda Da Rocha Estrela**, Que têm perfeito conhecimento de que no dia dezassete do mês de Fevereiro de dois mil e dezassete, faleceu **Olinda Da Rocha Estrela**, no estado de solteira, que foi natural da freguesia de Santa Isabel, concelho da Boa Vista, com última residência habitual em Sal Rei;

Que a falecida não fez testamento, nem qualquer disposição de última vontade, tendo deixado como únicos herdeiros dois filhos e cinco netos estes em representação da mãe **Esmeralda Maria Almeida**, filha da autora da herança já falecida;

Filhos:

1 - Jorge Armando Estrela Simões, casado com Carlita Rodrigues dos Santos Simões sob o regime de comunhão de adquiridos, natural da freguesia de Santa Isabel, concelho da Boa Vista, residente habitualmente em Itália;

2 - Rui Aureliano Estrela Almeida, casado com Ema Helena Brito Morais sob o regime de comunhão de adquiridos, natural da freguesia de Santa Isabel, concelho da Boa Vista, residente habitualmente em Sal Rei;

Netos: (filhos de Esmeralda Maria Almeida)

1- Heruan Mikel Almeida Andrade, solteiro, maior, natural da freguesia de Santa Isabel, concelho da Boa Vista, residente habitualmente em Sal Rei.

2- Catiza Simone Almeida Alves, solteira, maior, natural da freguesia de Santa Isabel, concelho da Boa Vista, residente habitualmente em Sal Rei;

3 - Katlin Ester Almeida Alves, solteira, maior, natural da freguesia de Santa Isabel, concelho da Boa Vista, residente habitualmente em Sal Rei;

4 - Kira Esmeralda Almeida Alves, solteira, maior, natural da freguesia de Santa Isabel, concelho da Boa Vista, residente habitualmente em Sal Rei;

5 - Daian Dânia Almeida Morais, solteira, maior, natural da freguesia de Santa Isabel, concelho da Boa Vista, residente habitualmente em Sal Rei;

Que não há quem possa concorrer com os indicados herdeiros à sucessão da identificada **Olinda Da Rocha Estrela**.

E que não há outras pessoas que segundo a lei possam concorrer com os indicados herdeiros nesta sucessão. Podem os interessados, querendo, impugnar judicialmente, a referida escritura, nos termos do artigo 87º do decreto-lei nº 9/2010, de 29 de Março, que aprova o Código do Notariado. Esta Conforme. Cartório Notarial da Boa Vista, aos vinte e 02 do mês de Agosto de 2021.

Artº 20º,4.2: 1.000\$00

Selo;..... 200\$00.

Importa o presente extrato em: 1.200\$00 (mil e duzentos escudos).

Canto Nº 295703

A NOTÁRIA,
Isabel Maria Gomes da Veiga
Isabel Maria Gomes da Veiga

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de segunda publicação, nos termos do nº 5 do art. 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia oito de setembro de dois mil e vinte e um, no Cartório Notarial de Santa Catarina, perante mim, Lic. Jandira dos Santos Cardoso, Notária por substituição, no livro de notas para escrituras diversas número **setenta e sete**, a folhas nove a dez, foi lavrada uma escritura pública de **Habilitação Notarial**, por óbito de **Maria Conceição Varela da Veiga Francês**, falecida no dia quatro de Março de dois mil e vinte e um, em Nice - França, natural que foi da freguesia e concelho de Santa Catarina, com última residência em Nice, no estado de casada com José Carlos Delgado Francês, sob o regime de comunhão de adquiridos.

Que a falecida não deixou testamento ou qualquer outra disposição de última vontade, e deixou como únicos e universais herdeiros seus filhos: **a) - Michel Platiny Varela Francês**, casado com Marina Mendes Almada, sob o regime de comunhão de adquiridos; **b) - Mónica Valesa Varela Francês**; **c) Keven Harison Varela Francês**; **d) – Kenedy Harisson Varela Francês**. Estes solteiros, maiores e todos naturais da freguesia e concelho de Santa Catarina, Ilha de Santiago, residentes em França.

Que não existem outras pessoas que, segundo a lei, prefiram aos indicados herdeiros, ou com eles possam concorrer na sucessão à herança da referida **Maria Conceição Varela da Veiga Francês**.

Está conforme o original.

Mas se informa que, nos termos do número 5 do artigo 86º A e do 87º do Código Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar judicialmente a referida escritura de habilitação de herdeiros.

Cartório Notarial de Santa Catarina, aos oito de setembro de dois mil e vinte e um.

Emol:1.000.00

Imp. de selo: 200.00

Total:1.200.00 (mil e duzentos escudos)

Conta nº 4375/2021



NOTÁRIO Estagiário: José Ulisses Fortes Furtado

EXTRACTO

Certifica narrativamente para efeitos de **primeira** publicação, nos termos do n.º 5 do artigo 86.o-A, do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, que neste Cartório Notarial, lavrada no dia vinte e três de Agosto de dois mil e vinte e um, de folhas 11 e 12, no livro de notas para escrituras diversas número 02/A, deste Cartório, a cargo do Notário Estagiário **José Ulisses Fortes Furtado**, se encontra exarado uma escritura de **HABILITAÇÃO DE HERDEIROS**, por óbito de **Júlia Gomes Ribeiro**, falecida no dia seis de Julho de dois mil e dezanove, no Hospital Regional de Santiago Norte, no estado de casada sob o regime de comunhão adquiridos com Matias Furtado Correia, natural que foi da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, com sua última residência na Cidade do Tarrafal, sem testamento e disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como únicos e universais herdeiros os seus filhos: **Celestino Gomes Correia**, casado sob o regime de comunhão de adquiridos com Maria de Lourdes Tavares Borges, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em França, **Antunes Gomes Furtado Correia**, solteiro, maior, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em França, **Gaudino Ribeiro Gomes Furtado Correia**, solteiro, maior, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em França e **Belarmino Gomes Furtado Correia**, casado sob o regime de comunhão de adquiridos com Rosália Fernandes Costa, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, Concelho do Tarrafal, residência em França.

No dia vinte e três de Junho de dois mil e vinte e um, na freguesia de Santo Amaro Abade, faleceu o senhor Matias Furtado Correia, no estado de viúvo, natural que foi da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, com última residência, Cidade do Tarrafal, sem testamento e disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como únicos e universais herdeiros os seus filhos: **Antónia Borges Correia**, solteira, maior, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente nesta Cidade do Tarrafal, **Celestino Gomes Correia**, casado sob o regime de comunhão de adquiridos com Maria de Lourdes Tavares Borges, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em França, **Antunes Gomes Furtado Correia**, solteiro, maior, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em França, **Gaudino Ribeiro Gomes Furtado Correia**, solteiro, maior, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em França e **Belarmino Gomes Furtado Correia**, casado, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em França.

Não existem outras pessoas que segundo a lei possam concorrer à herança do “de cujus”.

Esta conforme o original.

Cartório Notarial de Tarrafal de Santiago, aos vinte e seis dias do mês de Agosto do ano de dois mil e vinte e um.

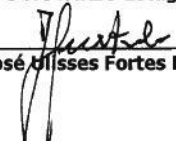
Custas.....1.000\$00

Imp. De selo.....200\$00

Total.....1.200\$00 (mil e duzentos escudos).

Registada sob o nº 876/2021

O NOTÁRIO Estagiário,


/ José Ulisses Fortes Furtado/

EXTRACTO

CERTIFICO, para efeito de primeira publicação nos termos do disposto no artigo 100º do Código do Notariado, alterado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. nº 50 – Iª Série, que no dia quatro de Fevereiro de dois mil e vinte e um, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de 2.ª Classe de Ribeira Grande - Santo Antão, perante o Conservador-Notário P/Substituição **José Carlos Brandão de Oliveira**, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas n.º 71, de folhas 88 v 90 a Justificação Notarial em que são justificantes **Laurenço Justiniano Gomes**, solteiro, maior residente em Coculi -ilha de Santo; **Daniel Domingos Gomes**, contribuinte fiscal nº 111292506, solteiro, maior, residente em Coculi ilha de Santo; **Irene Nascimento Gomes**, solteira, maior, residente em Portugal; **Maria Salomé Gomes Mártir**, casada, com Irineu de Jesus Mártir, residente em Estados Unidos da América, **Carla Helena Gomes**, contribuinte fiscal nº 121956008, casada, com Kenneth G. Gomes. residente em Estados Unidos da América; **Elizabeth Delgado Gomes**, casado, com César Augusto Veiga Lemos, residente em Estados Unidos da América; **Adelaide Francisca Delgado Gomes**, residente na Cidade da Praia; **Agostinho Nascimento Gomes**, casado com Neusa Cristina Nascimento Évora, residente na Cidade da Praia; **Miguel Delgado Gomes**, solteiro, maior, residente na Cidade da Praia; **Patrícia de Ressurreição Delgado Gomes**, solteira, maior, residente na Cidade da Praia; **Arnaldino Delgado Gomes**, solteiro, maior, residente na Cidade da Praia; **João Baptista Delgado Gomes**, solteiro, maior, residente na Cidade da Praia; **Carlos Liliano Delgado Gomes**, solteiro, maior, residente na Cidade da Praia; **Rui Jorge Delgado Gomes**, solteiro, maior, residente na Cidade da Praia e todos são naturais da Freguesia de Santo Crucifixo, Concelho de Ribeira Grande, se declaram com exclusão de outrem donos e legítimos possuidores de um prédio de 1º andar com regojo, construído de pedra, argamassa e blocos de cimento, coberto de betão armado, sendo no rés-do-chão com dois quartos de dormir, uma casa de banho e uma sala de visita e no 1º andar com um quarto de dormir, uma cozinha e uma arrecadação, situado em Boca de Figueiral, ilha de Santo Antão, inscrito na matriz predial da Freguesia de Santo Crucifixo, sob o nº 1432/0, medindo 2015 m2 (dois mil e quinze metros quadrados, confrontando do Norte, com Herdeiros de João Augusto Gomes, Herdeiros de Rosende Manuel Carlos e Herdeiros de Alexandre Miguel; Sul, com INCO-Companhia de Investimento SA/ Linha de Água e Maria Ascensão Gomes. Este com Caminho vicinal, Maria Ascensão Gomes e Herdeiros de João Augusto Gomes e do Oeste com Herdeiros de Alexandre Miguel Lopes Alegam que os referido prédio lhe veio a posse por, sucessão hereditária, por serem únicos herdeiros habilitados e meeira, de Augusto Gomes, Teresa Joana Gomes e de João Augusto Gomes, conforme Escritura de Habilitação de Herdeiros lavrado a folhas 03 á 04 v do livro de notas para Escrituras diversas nº 69, e nesse caso fizeram a inscrição na matriz camararia em seus nomes próprios, e não tendo título aquisitivo válido para efeitos de primeira inscrição no registo predial veem invocar o usucapião como forma de aquisição, para efeito de tracto sucessivo, uma vez que exercem uma posse em seus nomes próprios, pública, pacífica, continua e sem oposição de quem quer que seja

Os potenciais interessados têm um prazo de quarenta e cinco dias a contar da primeira e segunda publicação para eventual impugnação.

ESTÁ CONFORME

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Ribeira Grande - Santo Antão, aos 08 dias do mês de Fevereiro de dois mil e vinte e um.

Valor: 1.200\$00

Registado sob o nº 209/21

NOTÁRIA: Lic. Elisângela de Jesus Varela Moreira

EXTRACTO

Certifica narrativamente para efeitos de **segunda publicação**, nos termos do nº 3 do artigo 100.º, do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, que neste Cartório Notarial, se encontra exarada uma escritura de **JUSTIFICAÇÃO NOTARIAL**, lavrada em 31/08/2021, de fls 68 a 69, vº, no livro de notas para escrituras diversas número 50/A, na qual, **Cilina Cabral Moreira**, que também usa **Celina Cabral Moreira**, solteira, maior, natural da freguesia de São Miguel Arcanjo, concelho de São Miguel, de Nacionalidade Portuguesa, residente em Casal São Braz, Amadora, Portugal, contribuinte fiscal **172945607**, declara ser dona e legítima possuidora de um **prédio urbano**, rés-do-chão, lote número vinte e nove, **quarteirão D**, com a área de **131,8m2**, situado em Veneza, construído de alvenaria de pedra basáltica, blocos de betão assentes em argamassa, coberto de laje de betão armado, com dois quartos de dormir, sala de visita, varanda e corredor, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de São Miguel Arcanjo, sob o número **2.864/0**, confrontando do **Norte** com Lote, **Sul** com Lote, **Este** com Estrada e **Oeste** com Estrada, com o valor matricial de **400.000\$00**, o qual não se encontra descrito na Conservatória do Registo Predial de Santa Cruz.

Que, o referido terreno lhe veio à posse no ano de 1990, pela doação não titulada, que fizera seu pai o senhor **António Vaz Moreira** mcp "Nhu Intoni" e cuja benfeitorias ad-

quiriu por aquisição originária por o ter construído com o seu trabalho e material, o qual não dispõe de qualquer título formal para efeitos de registos predial na Conservatória.

Que, durante todo esse período, a **JUSTIFICANTE** vem exercendo sucessivamente, em nome própria, uma posse pública, pacífica, contínua, de boa-fé, sem interrupção e ostensivamente com conhecimento de toda a gente e com aproveitamento de todas as utilidades do prédio, nomeadamente suportando todos encargos, contribuições e impostos, pelo que adquiriu o direito de propriedade por **usucapião**, o que ora invoca para efeitos de primeira inscrição no registo predial. Mais se informa que, nos termos do nº 2 do artigo 101º do Código do Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar judicialmente a referida escritura de justificação notarial. Está conforme o original.

Cartório Notarial de Santa Cruz, aos 10/09/2021.

Custas..... 1.000.00

Imp. de selo..... 200.00=Total: 1.200.00- Reg. sob o nº 839/2021

A Notária,



/ Lic. Elisângela de Jesus Varela Moreira /

DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de Santa Cruz, Achada Fátima - Santa Cruz, CP *, Cabo Verde, Telefone +(238) 269 13 24, +(238) 269 13 72 / VOIP (333) 6996, (333) 6997, Email: Conservatoria.CartorioSantaCruz@gov.cv - www.governo.cv

NOTÁRIA: Lic. Elisângela de Jesus Varela Moreira

EXTRACTO

Certifica narrativamente para efeitos de **primeira publicação**, nos termos do nº 3 do artigo 100º, do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, que neste Cartório Notarial, se encontra exarada uma escritura de **JUSTIFICAÇÃO NOTARIAL**, lavrada em 09/09/2021, de fls 72 a 73 vº, no livro de notas para escrituras diversas número 50/A, na qual, José Maria Mendes Pereira, solteiro, maior, natural da supramencionada freguesia e concelho, de nacionalidade Portuguesa, residente em França, contribuinte fiscal **174016204**, declara ser dono e legítimo possuidor de um **Prédio urbano**, lote número vinte e três, **quarteirão B**, com a área de **134,8m2**, situado em **Veneza**, construído de alvenaria de pedra basáltica e blocos de betão armado, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de São Miguel Arcanjo, sob o número **mil, setecentos e noventa e nove barra zero**, confrontando do **Norte** com Lote, **Sul** com Lote, **Este** com Estrada e **Oeste** com Estrada, com o valor matricial de **500.000\$00**, o qual não se encontra descrito na Conservatória do Registo Predial de Santa Cruz.

Que, o referido terreno e as benfeitorias implantadas lhe veio à posse no ano de dois mil, pela compra não titulada, que fizera pelo preço de **quinhentos mil escudos**, no senhor **Casimiro Pina Correia**, o qual não dispõe de qualquer título formal para efeitos

de registos predial na Conservatória.

Que, durante todo esse período, o **JUSTIFICANTE** vem exercendo sucessivamente, em nome próprio, uma posse pública, pacífica, contínua, de boa-fé, sem interrupção e ostensivamente com conhecimento de toda a gente e com aproveitamento de todas as utilidades do prédio, nomeadamente suportando todos encargos, contribuições e impostos, pelo que adquiriu o direito de propriedade por **usucapião**, o que ora invoca para efeitos de primeira inscrição no registo predial.

Mais se informa que, nos termos do nº 2 do artigo 101º do Código do Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar judicialmente a referida escritura de justificação notarial.

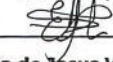
Está conforme o original.

Cartório Notarial de Santa Cruz, aos 10/09/2021.

Custas..... 1.000.00

Imp. de selo..... 200.00=Total: 1.200.00- Reg. sob o nº 889/021.

A Notária,



/ Lic. Elisângela de Jesus Varela Moreira /

DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de Santa Cruz, Achada Fátima - Santa Cruz, CP *, Cabo Verde, Telefone +(238) 269 13 24, +(238) 269 13 72 / VOIP (333) 6996, (333) 6997, Email: Conservatoria.CartorioSantaCruz@gov.cv - www.governo.cv

EXTRACTO

Certifico narrativamente, para efeitos de primeira publicação que, a fls. 36vº a 37vº do livro de notas para escrituras diversas número 49-B desta Conservatória/Cartório, se encontra exarada uma escritura de **Habilitação Notarial**, com a data de vinte e cinco de Agosto de dois mil e vinte e um, na qual se declara que no dia onze de Janeiro de dois mil e vinte, na freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de São Filipe, faleceu **JOSÉ ALVES**, de oitenta e quatro anos de idade, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de São Filipe, residente que foi em Forno, no estado de casado no regime de comunhão de adquiridos com Maria Severa Alves Andrade, sua viúva meeira.

Que o falecido não fez testamento ou qualquer outra disposição de última vontade, tendo deixado como herdeiros os filhos:

a) **Elizabeth Alves Andrade Barbosa**, casada com Paulo Barros Barbosa, no regime de comunhão de adquiridos, residente na cidade da Praia.

b) **Sandra Elisa Andrade Alves**, solteira, maior, residente nos Estados Unidos da América.

c) **José Carlos de Andrade Alves**, solteiro, maior, residente em Portugal.

d) **José António Andrade Alves**, divorciado, residente em Patim.

e) **Rosalina Andrade Alves**, solteira, maior, residente nos Estados Unidos

da América, todos naturais da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de São Filipe; e netos, em representação dos pre falecidos pais, **Manuel António de Andrade Alves** e **António José de Andrade Alves**:

f) **Péricles António Gonçalves Alves**, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de São Filipe, residente em Portugal.

g) **José de Barros Alves**, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de São Filipe, residente em Forno.

Que, não há outras pessoas, que segundo a lei, prefiram aos mencionados herdeiros ou que com eles possam concorrer à herança do falecido.

São Filipe e Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de São Filipe, aos vinte e cinco de Agosto de dois mil e vinte e um.

O Conservador/Notário,

/Paulo Jorge Barbosa Correia de Pina

Conta: Reg. Sob o nº 80/08

Artigo 20º. 4.2..... 1.000\$00

Selo do acto..... 200\$00

Soma:.....1.200\$00 - São: Mil e duzentos escudos-

CONSERVATÓRIA/CARTÓRIO DA REGIÃO DE 2ª CLASSE DE SÃO FILIPE
AV. Amílcar Cabral, C.P.13-A-São Felipe Telefone nº 2811371/2811154

**FARMÁCIAS DE SERVIÇO****QUINTA - 16 de Setembro**

AVENIDA
Fazenda - T: 261 36 90

JOVEM
Mindelo - T: 232 45 30

SEXTA - 17 de Setembro

SANTA ISABEL
Largo Europa - Tel: 262 37 47

MINDELO
Mindelo - T: 232 74 65

SÁBADO - 18 de Setembro

SÃO FILIPE
Ach. São Filipe - T: 264 72 56

AVENIDA
Monte Sossego - T: 232 45 88 / 231 17 17

DOMINGO - 19 de Setembro

UNIVERSAL
Avenida Santiago - T: 262 93 98

LEÃO
Mindelo - T: 232 66 04

SEGUNDA - 20 de Setembro

FARMÁCIA 2000
Achadinha Baixo - T: 261 56 55

NENA
Mindelo - T: 232 22 92

TERÇA - 21 de Setembro

MODERNA
Plateau - T: 261 27 19

HIGIENE
Mindelo - T: 231 00 06

QUARTA - 22 de Setembro

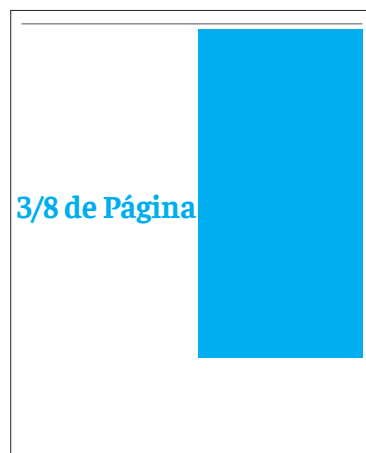
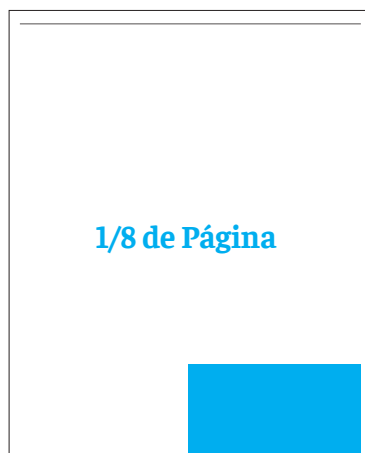
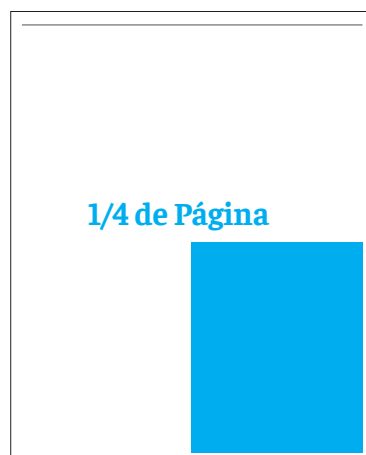
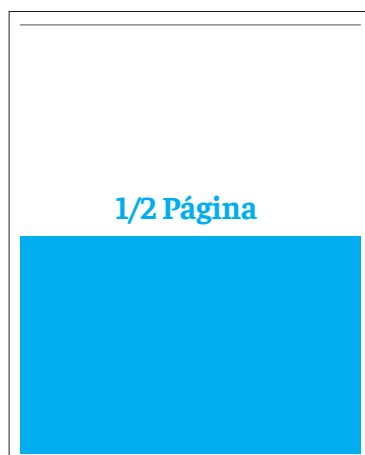
CENTRAL
Plateau - T: 261 11 67

JOVEM
Mindelo - T: 232 45 30



TABELA DE PREÇOS*

Classificados



- Anúncios com logós a cores para mais facilmente identificar o anunciante.
- Anúncios judiciais cuidadosamente publicados para serem legíveis

IMPRESSO			
Páginas	Dimensão	Valor (CVE)	
		Empresa	Particular
1	25,9 x 31,5 cm	40.000,00	30.000,00
1/2	25,9 x 16,2 cm	22.000,00	15.000,00
3/8	12,9 x 23,5 cm	15.000,00	11.000,00
1/4	12,9 x 16,2 cm	11.500,00	8.500,00
1/8	12,9 x 7,8 cm	6.000,00	4.500,00

* Os preços incluem IVA

ONLINE
Comunicados e anúncios: condições especiais podem ser negociadas.

Telefone: +238 260 26 90 (PBX)
 www.anacao.cv/como anunciar
 email: comercial.grupoalfacv@gmail.com